

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

JOANA D'ARC PÁSCOA BEZERRA

**LINGUAGENS TERMINOLÓGICAS: ENSAIO PARA A
CONSTRUÇÃO DE UM TESAURO BÍBLICO**

**FORTALEZA
2005**

BCH-UFC

JOANA D'ARC PÁSCOA BEZERRA

**LINGUAGENS TERMINOLÓGICAS: ENSAIO PARA A
CONSTRUÇÃO DE UM TESAURO BÍBLICO**

Monografia apresentada como requisito parcial
para a conclusão do curso de Biblioteconomia
do Departamento de Ciência da Informação,
sob a orientação da Professora Dr^a. Virgínia
Bentes Pinto.

**FORTALEZA
2005**

“Não se orgulhe o sábio na sua sabedoria, nem o forte na sua força, nem o rico nas suas riquezas; mas o que se orgulhar, orgulhe se nisto: em me conhecer e saber que Eu Sou o SENHOR e faço misericórdia, juízo e justiça na terra, porque destas coisas me agrado, diz o SENHOR”.

(Jeremias 9:23)

Inteiramente dedicado a DEUS, autor e consumidor das nossas vidas, Rei dos Reis e Senhor dos Senhores. A JESUS, nosso Salvador e Libertador. Ao ESPÍRITO SANTO DE DEUS, consolador das nossas almas. A minha mãe Carmem, meu grande referencial. Mulher forte e corajosa que me passa grande Amor, segurança e forças para seguir em frente. Ao meu pai Antonio Bezerra, pela atenção, carinho e a educação esmerada que me deu. A minha avó Conceição Alves, que em seu silêncio foi uma grande pregadora do evangelho. A minha avó Geralda Barbosa, que tanto me aconselhava em minha infância. Aos meus avôs Chico Páscoa e Miguel Bezerra, grandes ícones do sertão cearense, por tudo o que me ensinaram. Ao meu irmão Álvaro Henrique, amiguinho e companheiro. Ao meu Amor Adriano Bezerra, homem de Deus, que tanto me apoiou no decorrer da caminhada espiritual e acadêmica. A irmã Aninha que tem sido uma segunda mãe para mim.

A DEUS, meu mestre maior. A Professora Virgínia Bentes, por estar comigo desde o princípio e acompanhar com seu olhar mediador cada etapa deste trabalho. Por sua atenção, orientações e os conhecimentos tão valiosos passados com toda propriedade no decorrer da caminhada acadêmica, tornando-se, assim, mais que uma Mestra, mas uma verdadeira amiga. A Professora Fátima Fontenelle, pela orientação na construção do tesouro e pelo conhecimento, garra e força transmitidos através de tão doce serenidade. As professoras Fátima Portela e Fátima Costa, pela orientação e o carinho. Ao Professor Casemiro Neto, pelas dicas valiosíssimas, a amizade, a atenção e o apoio a este trabalho. Ao Pastor Temístocles pelos conselhos e ensinamentos sempre tão pertinentes. As amigas Joelma e Roseli, pelo companheirismo e as discussões epistemológicas.

RESUMO

Aborda a Terminologia no campo da Teologia através do estudo das Terminologias Bíblicas, sob o prisma da socioterminologia e da semiótica da cultura, para fins documentários tendo em vista a Indexação e a Recuperação da Informação. Apresenta uma pesquisa de cunho teórico-prático, disposta em cinco capítulos temáticos em que os quatro primeiros tecem considerações teóricas acerca da Terminologia, das linguagens no contexto da Representação da Informação e Linguagens Documentárias, e as Ciências Bíblicas. Sendo o quinto capítulo um ensaio prático que reúne a essência dos três primeiros em um microtesauro composto por 56 termos culturais que representam os costumes rituais do povo hebreu.

Palavras-chave: Terminologia; Terminologias Bíblicas; Indexação, Linguagens Documentárias; Recuperação da Informação; Socioterminologia; Semiótica da Cultura.

ABSTRACT

It approaches the thematic of the Terminology in the field of the Theology through the study of the Biblical Terminologies, under the prism of the socioterminology and of the semiotics of the culture, for ends documentaries tends in view the Indexation and the Recovery of the Information. Presents a research of theoretical-practical stamp, disposed in five thematic chapters in that the first four weave theoretical considerations concerning the Terminology, of the languages in the context of the Representation of the Information and Documentary Languages, and the Biblical Sciences. Being the fifth chapter a practical rehearsal that gathers the essence of the first three in a microtesauro composed by 56 cultural terms that represent the ritual habits of the hebrew peoples.

Keywords: Terminology; Biblical Terminologies, Indexation; Documentary Languages; Recovery of the Information; Socioterminologie; Semiotics of the Culture.

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO II: A TERMINOLOGIA.....	15
1 TERMINOLOGIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS.....	16
1.1 Termos a serem considerados no estudo da terminologia.....	19
1.2 Tipologia do Trabalho terminológico: o produto da terminologia.....	20
2 TERMO, CONCEITO E DEFINIÇÃO.....	21
2.1 Termo unidade lexical básica da terminologia.....	21
2.2 Conceito: a designação do objeto.....	24
2.3 Relação formalizada entre termo e conceito.....	27
2.3.1 Definição terminológica e definição Lexicográfica.....	29
2.4 Sintagmas: o termo composto.....	29
3 SOCIOTERMINOLOGIA E TERMINOLOGIA CULTURAL.....	30
4 A TERMINOLOGIA E AS ÁREAS CORRELATAS.....	34
4.1 Terminologia, Lingüística e Lexicografia.....	34
4.2 Terminologia, Documentação e Ciência da Informação.....	35
CAPÍTULO III: LINGUA, LINGUAGENS E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	38
1 LINGUA, LINGUAGENS E LINGÜÍSTICA: DE INTERESSE ANTIGO A CIÊNCIA MODERNA.....	39
1.1 Abordagem Semiótica da Linguagem.....	40
1.2 Algumas Concepções acerca da Linguagem.....	43
2 LINGUAGENS COMO REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	43
2.1 Linguagens Documentárias.....	44
2.2 Indexação de Assunto.....	46
2.2.1 Etapas da Indexação.....	46
2.2.2 Linguagens de Indexação.....	49
2.2.2.1 Vocabulário livre.....	49
2.2.2.2 Vocabulário controlado.....	50
2.3 Tesauro: uma linguagem de Indexação Alfabética... ..	51
2.3.1 Função.....	53
2.3.2 Composição e estruturação.....	54
2.3.3 Campo de atuação.....	55
3 INTERFACE LINGÜÍSTICA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	55
3.1 Lingüística e Análise Documentária.....	57
3.2 Lingüística Textual e Indexação.....	58

CAPÍTULO IV: BÍBLIA E SEMIÓTICA DA CULTURA HEBRAICA.....60

1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA BÍBLIA.....	61
1.1 A Formação do Cânon.....	62
1.2 Taxonomia Bíblica.....	63
1.3 Escrita semítica e Linguagens Bíblicas.....	65
1.3.1 O Hebraico.....	65
1.3.2 O Aramaico.....	67
1.3.3 O Grego.....	68
1.4 Inspiração e Revelação.....	68
1.5 Traduções Bíblicas.....	71
1.5.1 A Tradução da Septuaginta (LXX).....	72
1.5.2 Traduções em Português.....	73
2 SEMIÓTICA DA CULTURA HEBRAICA OU HEBRAÍSMOS.....	74
2.1 Símbolos e Tipos.....	76
2.3 Figuras de linguagens.....	76
3 PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO.....	77
3.1 Exegese.....	79
3.2 Hermenêutica.....	79
3.3 Correlação entre Hermenêutica e Exegese.....	81

CAPÍTULO V: MICROTESAURO DE TERMINOLOGIAS BÍBLICAS DO ANTIGO TESTAMENTO: PENTATEUCO..... 82

1 APRESENTAÇÃO DO MICROTESAURO.....	83
1.1 Corpus do Microtesauro.....	85
1.2 Índice Alfabético dos Termos Bíblicos.....	108

VI CONSIDERAÇÕES FINAIS.....111

VII BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....113

I INTRODUÇÃO

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. (1 João 1:1)

O fenômeno da terminologia é tão antigo quanto se remonte na história da humanidade, pode ser percebido desde que se manifesta a linguagem. Todos os povos, culturas, organizações e campos do saber possuem um repertório próprio, e, por vezes, exclusivo que expressa seus domínios característicos e suas particularidades, lhes assegurando caráter singular e garantindo, assim, a transferência de conhecimento e informações. Neste contexto podemos afirmar que um grupo religioso evangélico possui sua própria terminologia e que esta é oriunda do Cânon ou Bíblia Sagrada, que, por sua vez, trata-se de uma coletânea de 66 livros (39 no antigo e 27 no novo testamento) escritos por mais de 40 autores de diversos níveis culturais e que viveram em épocas e lugares diferentes dentro do macroambiente semita antigo, em 3 línguas distintas (hebraico, Aramaico e grego), traduzido na íntegra para o grego e, posteriormente, para mais de 1.200 línguas entre dialetos e idiomas. A Bíblia possui uma linguagem singular carregada de símbolos, tipos, figuras e expressões culturais típicas das culturas semita, helenística e, sobretudo, hebraica.

O estudo da terminologia bíblica é por excelência um estudo semiótico e socioterminológico, e exige conhecimentos histórico-culturais, lingüísticos, hermenêuticos e exegeticos. No entanto poucos são os que se empenham em estudar tal terminologia, a falta de bibliografia que trate especificamente do assunto denuncia esta verdade. Apenas alguns teólogos exegetas como W.E Vine, autor do 'Dicionário Vine', M. Halley, autor do '*Gran Halley Dictionary*' e outros poucos, realizam estes estudos em sentido exegetico e lexicográfico. No campo da indexação documentária e recuperação da informação, também não são freqüentes o estudo dos termos bíblicos, o que gera uma lacuna no trato da informação Teológica. Com vista nesta realidade surgiu o desejo e a necessidade de estudar a terminologia bíblica para fins documentários.

O interesse e a motivação em realizar um estudo terminológico sobre os termos da Bíblia partiu de uma perspectiva pessoal, pois como integrante ativa do rol de membros de uma Igreja Evangélica Pentecostal a terminologia bíblica e os estudos do campo da Teologia, bem como a da Ciência da Informação, fazem parte do meu cotidiano. A gênese

desta idéia se deu numa aula da disciplina Análise da Informação, ministrada pela professora Virgínia Bentes. Quando ao realizar um trabalho de indexação, em que me propus a indexar o material evangélico (folhetos, marcadores e livretos) da igreja a qual faço parte, me deparei com uma grande dificuldade de compreensão e aceitação por parte dos outros. Os termos utilizados, como não poderia ser diferente, foram muito singulares e causaram um efeito inesperado, pois, enquanto que na comunidade evangélica eles eram completamente compreensíveis e pertinentes ao assunto representado, para as demais pessoas pareceram inadequados, alguns até vazios de sentido. Não demorou a ser percebido que se tratava de uma incompatibilidade terminológica, pois como bem afirmou Bowne (2002, p.2) “o poder da terminologia consiste nessa capacidade de associar significados e sensações completamente diferentes a palavras idênticas dependendo do seu contexto e de quem as concebe”. Na ocasião estudávamos os Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) nos quais, de acordo com Cesarino (1985, p.23) se faz

importante para o bibliotecário compreender a linguagem das pessoas com quem o sistema interage e para quem ele foi pensado. Sem isso, é impossível indexar corretamente e se comunicar com os usuários, dois pontos fundamentais para o bom funcionamento de um SRI (...) Entender a linguagem do usuário é compreender o significado de cada termo e perceber as relações entre eles.

Este fato me fez refletir sobre o assunto e despertar para a importância do estudo da terminologia, tanto na comunicação quanto no âmbito da Análise e Recuperação da Informação. Desejo que se tornou cada vez mais forte e foi amadurecendo no decorrer das atividades acadêmicas, quando, ao estudar mais detalhadamente as demais Linguagens Documentárias e os Sistemas de Classificação Bibliográfica, senti a falta de uma atenção mais relevante ao campo da Teologia o que reforçou a minha idéia e o ímpeto em dar prosseguimento a esta pesquisa que tem por objetivo principal estudar a terminologia bíblica dentro de uma perspectiva semiótica, cultural e lingüística apoiada no método socioterminológico, visando a construção de Ferramentas que auxiliem no processo de Análise, Indexação e Recuperação da Informação no campo da Teologia.

Com o intuito de atender a este objetivo, realizou-se uma pesquisa de cunho teórico-prático disposta em quatro capítulos temáticos em que os quatro primeiros trazem considerações teóricas acerca da Terminologia, das linguagens no contexto da Representação da Informação e Linguagens Documentárias, e das Ciências Bíblicas. Sendo o quinto capítulo um ensaio prático que reúne a essência dos três primeiros.

O capítulo de número um, apresenta o cenário da pesquisa, dando ênfase às questões motivadoras da investigação, seus objetivos e a metodologia do trabalho.

O segundo capítulo, intitulado “A Terminologia” aborda os aspectos históricos e conceituais da Terminologia, as relações termo-conceito e definição, e a tipologia do trabalho terminológico. Apresenta a terminologia cultural como sub área da terminologia que se ocupa do estudo dos termos empreendidos na comunicação de um determinado grupo dentro de um contexto sócio-cultural e a socioterminologia como método que fundamenta estes estudos, e ainda como disciplina descritiva que estuda o termo sob a perspectiva lingüística na interação social. Terminando por estabelecer paralelos entre a terminologia e suas áreas correlatas como a Lingüística, a Lexicografia, a Documentação e, é lógico a Ciência da Informação.

O terceiro capítulo: “Linguagens e Recuperação da Informação”, trata da ciência da linguagem, sobretudo a lingüística, e a sua importância no campo Documentário, iniciando por uma explanação histórica da língua até o nascimento da lingüística como ciência moderna que estuda a linguagem verbal falada e escrita. Apresenta uma abordagem semiótica da linguagem e suas concepções usuais destacando o sentido de Linguagem como Representação da Informação. Abordando, neste sentido, as Linguagens Documentárias, a Indexação de Assunto e suas etapas, as Linguagens de Indexação e seu vocabulário (livre e controlado) e os Tesouros em sua origem, definições, evolução e funções, como uma das principais Linguagens Documentárias e Ferramenta de recuperação da Informação. Fechando com a consideração da interface Lingüística -Ciência da Informação.

No quarto capítulo: “A Bíblia”, procurou-se, em linhas gerais, fazer uma explanação das particularidades deste livro tão singular, tais como a formação do Cânon, a taxonomia Bíblica, a escrita semítica e as Linguagens Bíblicas, levando-se em consideração os métodos literários de inspiração e revelação, e as traduções bíblicas incluindo a vulgata, a septuaginta (LXX) e as demais traduções em língua portuguesa. Em seguida aborda-se a Semiótica da cultura hebraica, hebraísmos ou semitismos como são conhecidos no campo da Teologia, os símbolos, tipos, expressões e figuras de linguagem dos povos semitas e hebreus nos tempos bíblicos, que fundamentam os princípios de interpretação e compreensão dos termos da Bíblia através de leis e métodos próprios a saber : Hermenêutica e Exegese.

Por fim, o quinto e último capítulo traz o “Microtesauro de Terminologias Bíblicas do Antigo Testamento: Pentateuco”. Trabalho prático realizado durante a disciplina de Classificação III, sob a orientação da professora Maria de Fátima Silva Fontenele, a qual tivemos a oportunidade de transformar em produto todo o embasamento teórico adquirido no decorrer do curso de Biblioteconomia concernente ao campo da Recuperação da Informação. Foram elencados o total de 56 termos, extraídos do Pentateuco, primeiros cinco livros da Bíblia condizentes, apenas, com os costumes ritualísticos dos hebreus. Caracterizando-se como uma pesquisa exploratória cuja metodologia utilizada para a análise dos termos, além da implícita lingüística textual, foi a socioterminologia que considera o significado cultural dos termos e a semiótica da cultura.

CAPÍTULO II

A TERMINOLOGIA

O ato de “fazer ciência” pressupõe o ato de “falar ciência”, “ler ciência”, adentrar um mundo que tem um código e precisa ser dominado, se quisermos nos apropriar do conhecimento. Na verdade, não existe ciência encerrada em si mesma, sem formas próprias de expressão. É necessário, então, comunicar ciência. E, mais uma vez, a língua, sob um figurino especializado, é a protagonista que desempenha o papel de ajudar a escrever a ciência. Explica-se, assim, também, o papel das terminologias na expressão dos saberes humanos. (Borges, 1998, p.142)

1 TERMINOLOGIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

De acordo com Wüster a terminologia como processo ontológico data desde os primórdios da existência humana em seu processo de comunicação através das línguas, dialetos e linguagens. Dar nome as coisas, representar fatos e situações (conceitos) através de símbolos, sinais e signos faz parte da própria natureza humana. Rondeau (1984, p.1), diz que:

A terminologia não é um fenômeno recente. Com efeito, tão longe quanto se remonte na história do homem, desde que se manifesta a linguagem, nos encontramos em presença de línguas de especialidade, é assim que se encontra a terminologia dos filósofos gregos, a língua de negócio dos comerciantes cretas, os vocabulários especializados da arte militar, a linguagem do cânon sagrado, etc.

Apesar de ser uma prática antiga, como bem expressa Rondeau no texto em epígrafe, o reconhecimento da terminologia como ciência é ainda recente. Para que possamos chegar a uma melhor compreensão do desenvolvimento, importância e abrangência da terminologia nos dias de hoje é preciso considerar sua atuação através dos tempos, pois de acordo com Currás (1995, p.38), “nenhuma evolução humana acontece drasticamente em um determinado momento histórico. Quando, aparentemente, esse choque brusco se produz, é porque chegou o amadurecimento de um processo que vinha se formando a muito”.

Todos os ramos do conhecimento marcam seus próprios períodos evolutivos, no caso da Terminologia, eles foram sistematizados por Currás (1995, p.38) da seguinte forma:

1 Período clássico:

até o final do século XXVII.

2 Período de formação:

(à terminologia moderna), séculos XVII e XIX.

3 Período de consolidação:

Século XX até 1930.

4 Período de teorização:

de 1930 à 1970.

5 Período de evolução acelerada de 1971 até nossos dias.

Ao examinarmos a extensa bibliografia que trata do assunto terminologia podemos constatar que ela vem sendo, ao longo dos anos, estudada e amplamente discutida por muitos estudiosos, sobretudo da área da lingüística e da ciência da informação, existindo, portanto, diversas definições da mesma, como segue:

Princípio de ordenação de conhecimentos indispensáveis para o desenvolvimento da comunicação e entendimento dos povos, sobretudo devido à aparição de tantas invenções, descobertas e novas ferramentas. (GALINSKI e CZAP apud Currás, 1995 p.21)

Conjunto de termos utilizados em um campo determinado do conhecimento, de modo diferente de como é feito na linguagem comum, definidos pelo uso ou pela normalização. (PICHT, 1980, p.34)

disciplina teórica que enfrenta o problema da comunicação e o entendimento na ciência e na técnica. (C. KUCK apud Currás, 1995 p.21)

Campo que se ocupa do termo enquanto objeto de estudo. (CORTEZ, 1994, p.14)

Parte da lingüística. (GUILBERT, 1999 p.12)

No que diz respeito a sua natureza interdisciplinar, Wüster (1974, p.63), o iniciador dos modernos estudos terminológicos, a define como: "... disciplina situada na zona fronteira entre a lingüística, a lógica, a ontologia, a ciência da informação e as ciências exatas e biológicas".

O *Instituto Nacional de Información y Documentación en Ciencia e tecnología* (1985 apud Currás, 1995 p.22) entende a terminologia como sendo o "campo interdisciplinar do conhecimento que se ocupa do estudo dos conceitos e suas representações".

Conforme Felber (1987, p.1) a terminologia é "uma área inter e transdisciplinar que trata dos conceitos e sua representação por termos, símbolos e outros signos lingüísticos".

É Felber, que ao longo de seus vários estudos e tratados sempre enfocando o poder de representação e o caráter simbólico e polissêmico da terminologia, aspectos extremamente pertinentes ao objetivo real deste trabalho em particular, que nos oferece variadas definições, como:

Terminologia 1: Conjunto de termos que representam o sistema de noções, ou repertório, de um domínio do conhecimento;

Terminologia 2: Publicação na qual o sistema de noções pertence a um certo domínio do conhecimento, representado através dos termos.

E ainda:

Sistema de conceitos aos que se lhes atribui um termo;

Padrão para a representação e ordenação do conhecimento;

Conjunto de regras, fatos e estratégias para resolver problemas;

Base da trilogia:

OBJETO → CONCEITO — SÍMBOLO

que liga a realidade com a simbologia;

Ramo do conhecimento relacionado com as ciências exatas, naturais e do espírito;

Estuda a atribuição de conceitos, postula definições, pesquisa expressões lingüísticas de coisas, idéias e procedimentos, para a comunicação entre especialistas que trabalham em um determinado ramo do conhecimento.

(Felber, apud Currás, 1995 p.22)

Aplicando os princípios da teoria de sistemas Emilia Currás (1995, p. 23 e 24) esboçou através de um gráfico a sua definição de terminologia:

Processo ontológico pelo qual se chega à normalização dos sistemas formados pelas diferentes linguagens especializadas, de onde o conceito fixado pelo termo está em relação semântica com o resto dos termos desse sistema. A finalidade da terminologia se resume no melhor entendimento dos especialistas entre si e destes com o seu meio.

Quanto à forma de apresentação, como afirma CAMPOS (2001, p.59), “a palavra terminologia vem se apresentando na literatura de maneira genérica com três significados distintos: uma lista de termos e seus significados; os termos de uma área de especialidade; e um conjunto de princípios teóricos”. O primeiro diz respeito a apresentação ordenada de um determinado grupo de conceitos e termos de uma área do conhecimento ou ao léxico propriamente dito; o segundo considera o termo como o campo que abrange o estudo

científico dos termos de uma área; e o terceiro vem ao encontro da perspectiva do surgimento de uma nova disciplina amplamente discutida pela revista ciência da informação (nº21, vol.3, set./dez., 1992 e edições afins), apresentada como área de estudo dos princípios teóricos básicos para o trabalho terminológico.

Como pode ser constatado, paradoxalmente, a terminologia é um termo que contradiz o ideal de univocidade perseguido por ela própria, ficando claro seu caráter polissêmico. Todas as definições acima descritas, bem como as que nem chegaram a ser mencionadas, fazem menção aos processos mentais que ocorrem em nosso cérebro quando se deseja representar um conceito, ou seja, nomeá-lo através de um termo pertinente a uma determinada área do conhecimento. Exemplo disso é a situação vivenciada por nós na atual sociedade do conhecimento (que também diverge muito em sua nomenclatura), com a evolução frenética das ciências e das tecnologias, novas teorias, novas descobertas e um mundo de informações a serem assimiladas surgem os novos conceitos e com eles a necessidade de serem representados por termos pertinentes. Neste contexto, Currás (1995, p.23) diz que:

não somente se deve estudar os termos existentes, mas construir novos termos para novas necessidades... neste ponto está a sua importância e força, que não se deve considerar exclusivamente através do ponto de vista lingüístico e lexicográfico. Sua repercussão vai muito mais além, até a normalização das linguagens que permitem um domínio, uma soberania sobre o mundo da informação.

1.1 Termos a serem considerados no estudo da terminologia

Alguns termos e conceitos são fundamentais para o entendimento do trabalho terminológico, podemos dizer que se trata da 'terminologia da terminologia'. Com o objetivo de tornar clara a linguagem deste trabalho, relacionamos abaixo alguns destes termos, tendo como referência as normas originais, são eles:

- a) **Área ou campo:** parte do saber cujos limites são definidos segundo um ponto de vista particular de uma ciência ou técnica.
- b) **Domínio:** subconjunto de uma área determinado por um sistema de noções.
- c) **Subdomínio:** cada um dos subconjuntos de um domínio.

- d) **Língua de Especialidade/ Linguagem Técnica:** subsistema lingüístico que compreende a terminologia e demais meios lingüísticos específicos de uma área, um domínio ou um subdomínio, visando à não-ambigüidade na comunicação.
- e) **Corpus:** conjunto de termos de uma língua de especialidade.
- f) **Empréstimo nas línguas:** termo originário de uma língua estrangeira, ou, ou no interior de uma mesma língua, como proveniente de um outro sistema lingüístico que ocorre em todas as línguas de especialidade.
- g) **Economia da Língua:** freqüentemente referida como um dos princípios basilares das línguas naturais, a economia da língua consiste em uma associação dos componentes fonológicos e sintáticos do conhecimento lingüístico visando a eliminação de redundâncias e vãs repetições tanto do corpus especializado, como do repertório da linguagem falada.

1.2 Tipologia do Trabalho terminológico: o produto da terminologia

Basicamente o produto do trabalho terminológico consiste nos tipos de trabalho terminológico listados abaixo:

Dicionário

Repertório de unidades lexicais que contém informação de natureza fonética, gramatical, conceitual, semântica e referencial, que pode ser: de língua vernácula, geral, especial, enciclopédico, ilustrado, histórico, unilíngüe, multilíngüe, de tradução e terminológico ou dicionário técnico, entendido como sendo um conjunto de entradas terminológicas que apresentam informações relacionadas aos conceitos ou designações de um ou vários domínios particulares.

Vocabulário

Repertório terminológico que contém as designações e definições de um ou vários domínios particulares. Um vocabulário pode ser alfabético, sistemático, monolíngüe, bilíngüe ou multilíngüe.

Glossário

Repertório terminológico que contém uma lista de designações de um domínio e seus equivalentes em uma ou mais línguas.

Nomenclatura

Repertório de termos que apresentam as relações conceituais fortemente estruturadas e que correspondem às regras sistemáticas de denominação.

Banco de dados terminológicos

Repertório terminológico automatizado, constituído de um conjunto organizado de dados terminológicos. São exemplos de bancos de dados terminológicos: o BTQ (Banco de Terminologia do Québec-Canadá), o Eurodicautom (Dicionário Automatizado da Europa-União Européia), o Normaterm (Banco do Instituto Francês de Normalização), o BDT (Banco de Dados do Termisul-Projeto Terminológico do Cone Sul), entre outros.

Tesauros

Repertório terminológico que constitui uma ferramenta da linguagem artificial de um domínio do conhecimento, construído por especialistas para representar através de conceitos o conteúdo informacional, especificando as relações entre estes conceitos. Permite a uniformidade dos termos de indexação e recuperação da informação em um Sistema de Recuperação de Informação – SRI, considerando o princípio da contextualização (garantia literária e do usuário).

2 TERMO, CONCEITO E DEFINIÇÃO

2.1 Termo unidade lexical básica da terminologia

Teoricamente existem tantas definições e opiniões sobre o termo quanto à própria terminologia. De uma forma genérica ele é considerado como expressão simbólica e utilizável do conceito, como pode ser percebido no enunciado de Felber (1987, p.1): “um termo é um símbolo convencional que representa uma noção, ou definição, em um certo domínio do conhecimento”.

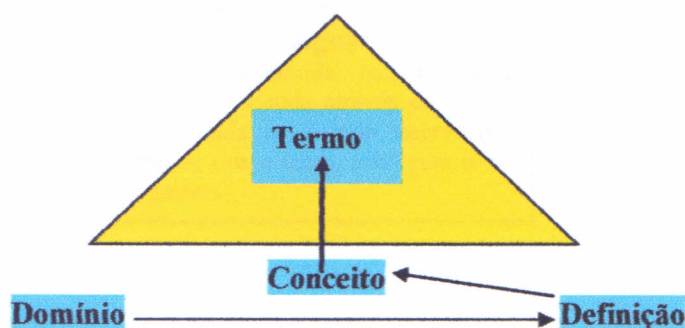
No entanto há, segundo o que se pode observar na literatura sobre o assunto, muito mais que se dizer do termo como uma unidade lexical da terminologia. É importante observar como os estudiosos concebem seu próprio objeto de análise. Examinemos, então,

algumas definições de termo, iniciando por quem estabeleceu os princípios da Teoria Geral da Terminologia-TGT: “Consiste em uma ‘palavra’ à qual se atribui um conceito como seu significado, ao passo que a maioria dos lingüistas atuais, a palavra é uma unidade inseparável composta de forma e conteúdo” (Wüster, 1998, p.21). Esta visão ratifica a contraposição epistemológica existente entre terminólogos e lingüistas. Para este autor “o termo não tem nenhuma existência fora do sistema terminológico e resulta de um sistema de denominação fundamentado em um sistema conceptual”. Acredita-se que Wüster assuma uma visão saussureana compreendendo o termo como um signo, isto é, uma unidade composta da tríade referente/ significante/ significado.

Segundo Rondeau (1984, p.19), além do aspecto sgnico:

o termo caracteriza-se no sentido de que para uma noção dada, há teoricamente, uma única denominação somente. Esta característica do termo se funda sobre um outro postulado da terminologia: o da relação de univocidade entre denominação (significante) e noção (significado, relação do tipo reflexiva).

Baseando-se no triângulo semiótico, Bessé (apud Otman,1994 p.14) propõe um triângulo terminológico para este sistema de denominação terminológica:



De acordo com este esquema, um termo não existiria sem referência a um domínio de especialidade e sua definição é elaborada a partir do conceito que o envolve. O termo representa o conceito. Uma das consequências desta abordagem é a rejeição da polissemia terminológica em favor de uma monossemia que considera que cada termo representa apenas um conceito. No entanto, o mesmo termo pode ser definido diferentemente de acordo com a especialidade a que pertence. Corroborando com esta visão Currás (1995 p.28), diz que:

o termo possui, pois, um único significado. A palavra pode ter vários significados. Costuma-se dar a água como exemplo representativo. Esta palavra varia de significado conforme seja considerada em hidrologia, química, agricultura, física, indústria... Portanto um termo será uma palavra especializada para um campo determinado do conhecimento. É a expressão do significado de um conceito, que serve para comunicação entre os especialistas em um determinado assunto ou atividade.

Tomando como objeto o clássico exemplo da água sistematizamos o seguinte quadro comparativo:

PALAVRA	TERMO
• Geral • Corresponde ao vocabulário de uma língua. Ex: Português, Espanhol etc.	• Específico • Corresponde ao vocabulário de uma área do saber ou de um grupo, dentro de uma determinada língua. Ex: Informática, Medicina, Ciência da informação etc.
Exemplo de palavra: <u>LINGUA PORTUGUÊSA</u> Água Substância líquida, transparente e sem odor obtida através da chuva, encontrada em grande reserva nos mares, rios e lagos, vital para o ser humano.	
Exemplo de termo: <u>LINGUA PORTUGUÊSA</u> Biologia Líquido incolor, inodoro e insípido que é encontrado em todos os tecidos orgânicos. Química Substância composta de hidrogênio e oxigênio, cuja fórmula se define por H_2O, base para a maioria dos compostos químicos. Física Líquido cujo ponto de congelamento é $0^{\circ}C$ e o ponto de ebulição é $100^{\circ}C$.¹	

Daniel Gouadec vai além ao afirmar que

um termo é uma unidade lingüística que designa um conceito, um objeto ou um processo. O termo é a unidade de designação de elementos do universo percebido ou concebido. Ele raramente se confunde com a palavra ortográfica. (GOUDEC, 1990 p.3).

Esta característica morfossintática, abstrata e cognitiva do termo também é defendida por Emília Curras como sendo:

Uma unidade de pensamento que se configura em nosso cérebro, ao se colocar os neurônios em atividade pelos impactos da informação recebida do exterior, armazenadas para uso posterior e que se expressam por palavras, de acordo com uma linguagem especializada e normalizada para cada parcela do conhecimento. (CURRÁS, 1995 p.28)

O francês Alain Rey, autor da clássica obra *La Terminologie: noms et notions*, diz que: “o nome é o objeto mesmo da terminologia: com efeito, um nome definível no interior de um sistema coerente, enumerativo e/ou estruturado, é um termo; o conteúdo de sua definição correspondendo a uma noção (conceito), analisável em compreensão”. (Rey apud kriegler, 2001 p.68). Ele também explicita as condições para que uma unidade lexical alcance o estatuto de termo, tanto que diz em seqüência: “no plano nocional, para que um nome tenha direito de ao título de termo, é necessário que ele possa, enquanto elemento de um conjunto (‘uma terminologia’) ser distinto de qualquer outro”. (Rey apud kriegler, 2001 p.68).

À luz dos textos que foram citados acima podemos constatar que a definição do termo perpassa por uma questão epistemológica, e isto talvez se dê pelo fato de que a terminologia é estudada simultaneamente por diversos campos do saber. Mesmo assim é possível encontrar denominadores comuns, entre eles podemos citar o caráter polissêmico indo de encontro ao ideal unívoco, simbólico e representativo do termo em relação ao conceito.

2.2 Conceito: a designação do objeto

A definição de conceito é um aspecto fundamental em um trabalho terminológico e, por esse motivo, tem sido exaustivamente abordada por vários autores. Sager sintetiza a definição de conceito enquanto processo:

Formação de conceito é um processo de variação onde agrupamos e ordenamos objetos materiais e imateriais a partir do que sentimos, percebemos ou imaginamos em categorias abstratas. Em uma primeira fase de observação de nosso ambiente nós identificamos vários objetos individuais como tendo certas propriedades ou características em comum.

Apoiada nos pilares basilares da ciência da informação Emilia Currás descreve a gênese do conceito construído mediante a um processo cognitivo, ocorrido em nossa mente quando concebemos e processamos as informações:

Por detrás do conceito, esconde-se toda uma linha de pensamento. Ao pensamento se chega pela elaboração do conhecimento, este se alcança mediante um processo de assimilação da informação que nos vem de fora, de fora do nosso cérebro. Assim, pois, tanto os estímulos do nosso mundo interior, como os do mundo que nos cerca, são objeto de elaboração da mente, onde os neurônios desempenham um papel primordial. Produz-se o fenômeno da informação, somos conscientes do mesmo, modificamos nosso estado de conhecimento e, em um estado posterior de sua elaboração, formamos nossa linha de pensamento-nascem os conceitos (...) Uma unidade de informação se transforma em uma unidade conceitual, que não guardamos em nosso cérebro para uso exclusivo e interno de nossos pensamentos, mas que desejamos expressar com objetivos de comunicação. Para isto, utilizamos os símbolos. Na maioria dos casos, lançamos mão dos símbolos lingüísticos e formamos palavras escritas ou faladas. (CURRÁS, 1995 p.23)

De acordo com Alves (2001, p.3), no âmbito dos estudos da Lógica, “o conceito pode ser delimitado de duas maneiras: por compreensão ou por extensão. A totalidade das características é a compreensão desse conceito. Por extensão se entende todos os conceitos subordinados a um conceito e que estão no mesmo nível de abstração”.

Quanto à nomenclatura o francês Alain Rey, em *La terminologie: noms et notions*, estabelece uma distinção entre conceito e noção:

A palavra conceito é geralmente usado em francês, tanto em filosofia quanto em lógica e lingüística epistemologicamente para designar 'o ato e o objeto de pensamento (idéia) como abstrato e geral, a noção que é considerada pela tradição filosófica como ele 'objeto de conhecimento' - isso põe um objeto e define isto como pontaria de atividade. (...) noção corresponde freqüentemente a um objeto de pensamento individual, mal formou, onda..., conceito que quase não se usa no idioma atual

Para Rey, o emprego do termo conceito é preferível ao emprego do termo noção, porque este possui sentido de “idéia vaga, mal formada” e conceito corresponde a uma “unidade de pensamento delimitada”.

No tocante a sua finalidade Felber afirma ser o conceito:

a expressão ‘real’, objetiva de informações, que recebe forma por meio das palavras-elemento da linguagem-termos-dados, que adquirem significado quando se relacionam no contexto da economia, da política, da ciência, da sociologia ou qualquer outro ramo do conhecimento. Isto é uma palavra pode ter vários significados, segundo o campo de aplicação. Cada palavra-termo-possui somente um significado em seu campo de aplicação.

As características de um conceito constituem traços individuais de um objeto e são importantes para se determinar a compreensão e a extensão do conceito, sua definição e sua relação com outros conceitos. As características, em si, também são conceitos. As características podem ser intrínsecas ou extrínsecas a um objeto. Felber diferencia as características das propriedades: “as características pertencem ao nível conceptual e as propriedades pertencem ao nível dos objetos”. A partir desta aceção, pode-se inferir que o conceito se constitui a partir das propriedades comuns a um conjunto de objetos.

Em outra concepção, Dahlberg (1998, p.13) teoriza que a síntese de todos os predicados referidos a um objeto individual é o conceito desse objeto:

Quaisquer das declarações relativas a uma experiência da realidade cria um elemento de pensamento o qual também pode ser considerado um conceito primitivo ou básico. É a coleção de tais declarações ou elementos do pensamento que recorrem a um objeto da realidade ou a um objeto verificável para formar um conceito como unidade de conhecimento.

Para ela, o conceito apresenta um “estado real” (conjunto de predicados de um objeto, relativos à experiência da realidade), um referente, e é denominado por um termo.

As instituições de normalização da Terminologia também apresentam definições de conceito:

Conceitos são construções mentais, abstrações que podem ser usadas classificando os objetos individuais do mundo interno e exterior. (Recomendação Standard britânica para a seleção, formação e definição de termos técnicos, BS. 3669:1963)

Os objetos de todos os campos de conhecimento e atividade do ser humano como coisas, as propriedades, qualidades, fenômenos, etc., são representado por conceitos. (uma proposta para revisão de ISO 704)

Um conceito é uma construção mental que classifica objetos individuais da palavra exterior e interna por meio de uma abstração mais arbitrária. (1968 versão de desenho de ISO 704)

Um conceito é uma unidade de pensamento, que produz e agrupa objetos individuais relacionando os através de características comuns. (desenho de ESTRONDO apud ALVES, 2001, p.4)

Um conceito é um grupo coerente de julgamentos relativo a um objeto cujo núcleo é composto desses julgamentos que refletem as características inerentes do objeto. (uma proposta da União Soviética para a revisão de ISO 704)

Um conceito é qualquer unidade de pensamento (ISO 704 apud ALVES, 2001, p.3).

Na proposta da União Soviética para a revisão da ISO 704 há uma consideração diferente das outras definições de conceito. O conceito é, nessa proposta, considerado um grupo coerente de julgamentos sobre o objeto.

As acepções de conceito, portanto, convergem para um “paradoxo”: o conceito é elemento do pensamento que inclui, em fusão, as características do objeto mentalmente representado. Em Terminologia, essa síntese deve ser precisa para que corresponda à realidade. Ao se enumerarem as características do conceito, deve-se conseguir chegar à sua delimitação. Podemos concluir, portanto que os conceitos não são elementos isolados, porém constituem parte integrante de um sistema conceitual maior, que reflete algum campo de conhecimento.

2.3 Relação formalizada entre termo e conceito

Os estudos sobre a relação entre termo e conceito podem ser efetuados sob várias perspectivas. Esta relação constitui um campo vasto de investigação, pois a pesquisa pode ser interdisciplinar, envolvendo Lógica, Filosofia, Sociologia, além, é claro, da Ciência da Informação, Ciências do Léxico e da Terminologia pura. O conceito é geralmente definido

como “unidade do pensamento” e o termo é a sua designação. A relação formalizada entre termo e conceito chama-se definição e, como ratifica Sager (apud Alves, 2002, p.6), a definição pode ser entendida como sendo uma “ligação entre conceitos e termos que são tradicionalmente determinados através de definições”.

Kocourek (apud Alves, 2001, p.6), conceitua definição:

(...) a definição é uma oração copulativa que expressa um senso de um termo tópico ”.

(...) Em ‘A definição’:

a definição é uma operação que consiste determinando o jogo de caráter que entram na compreensão de um conceito. O resultado desta operação é uma proposição que expressa uma equivalência entre um termo, o definido, e o jogo de caráter que definem isto.

Segundo ele a definição é uma operação que consiste em determinar um conjunto de características de um conceito, diferenciar um termo dos outros termos e apresentar o sentido em que o termo é utilizado nos discursos.

Conforme observa Rey (apud Alves, 2001, p.7) também é possível se estabelecer a relação entre termo e definição:

A definição de palavras e termos é encadernada por uma característica comum: eles designam à origem, a tarefa de um limite, de um fim (dedal para terminar) a um resultante (termo). de forma que um nome direito tem ao título de termo. Em um nível nocional, é necessário que pode, como elemento de um todo (uma terminologia), ser distinguido de todos outro. Os únicos meios para expressar este sistema de distinção recíproco são a operação de definição.

A relação entre termo e definição, segundo Kocourek, é “recíproca”:

A relação é recíproca: a definição de um termo, vai do termo definido ao sintagma a se definir; há onomasiologia, ou denominação de uma noção, procede do sintagma que define ao termo definido.

Assim, como observa Alves (2001, p.8), “um mesmo termo (de um mesmo domínio) pode apresentar diferentes nuances de sentido nas definições, pois existem diversas realidades socioculturais”. Portanto os termos (assim como as unidades lexicais) também possuem semas culturais. A definição de um mesmo termo pode apresentar diferentes nuances de sentido, dependendo da realidade sociocultural abordada. Na prática terminológica, portanto, é crescente a necessidade de estudos de aspectos socioculturais

paralelamente ao processo de definição dos termos em glossários, dicionários terminológico, listas de cabeçalhos de assunto e principalmente nos tesouros de recuperação da informação.

A Terminologia, portanto, possui caráter eminentemente social: a elaboração de glossários e dicionários é útil à sociedade e, cada vez mais, necessita-se de terminólogos que ensinem e divulguem essa ciência.

2.3.1 Definição terminológica e definição Lexicográfica

Admitindo uma diferença entre o termo e a palavra, podemos distinguir entre a definição terminológica e a definição lexicográfica. Para a elaboração das linguagens documentárias, a definição terminológica é preferida à lexicográfica porque delimita o universo focalizado: a primeira é utilizada pelos dicionários de especialidade; a segunda é própria dos dicionários de língua geral. A definição terminológica (ou terminográfica) descreve, delimita e distingue os conceitos e também concorda com a concepção wüsteriana de unidade terminológica enquanto "símbolo convencional que representa uma noção definida num certo domínio fundador" (Wüster, apud Desmet, 1990, p. 6). Como a definição aristotélica, a definição terminológica implica a demarcação de um limite.

As terminologias seriam, desse modo, sistemas definicionais que refletem a organização estruturada e delimitada de domínios específicos. A definição terminológica é classificadora, hierarquizante, estruturante; relaciona-se à definição da coisa, ao contrário da definição lexicográfica que se relaciona à palavra e é feita pela identificação de traços semânticos que caracterizam o significado. O significado é lingüístico; o conceito é terminológico. A definição terminológica busca definir o conceito, e não um significado.

2.4 Sintagmas: o termo composto

A palavra sintagma deriva do grego e comporta o prefixo 'sin', que significa 'com', que encontramos, por exemplo, em simpatia e sincronia. Chama-se sintagma a uma sequência de palavras que constituem uma unidade. Um sintagma é uma associação de elementos compostos num conjunto, organizados num todo, funcionando conjuntamente.

Sintagma significa, por definição, organização e relações de dependência e de ordem à volta de um elemento essencial.

Quanto à aplicabilidade Hirma (2002, p.48) diz que sintagma é

uma unidade formada por uma ou várias palavras que, juntas, desempenham uma função na frase (...) A combinação das palavras para formarem as frases não é aleatória; precisamos obedecer a determinados princípios da língua. As palavras combinam-se em conjuntos, em torno de um núcleo. E é esse conjunto (o sintagma) que vai desempenhar uma função no conjunto maior, que é a frase.

Para Saussure (1969, p. 42) as relações sintagmáticas baseiam-se no carácter linear do signo lingüístico, “que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo”. A língua é formada de elementos que se sucedem um após outro linearmente, isto é, “na cadeia da fala”. À relação entre esses elementos Saussure chama de sintagma, que segundo ele se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas: ‘re-ler’, ‘contra todos’, ‘a vida humana’, ‘Deus é bom’, ‘se fizer bom tempo’, ‘sairemos’, etc.

Colocado na cadeia sintagmática, um termo passa a ter valor em virtude do contraste que estabelece com aquele que o precede ou lhe sucede, “ou a ambos”, visto que um termo não pode aparecer ao mesmo tempo que outro, em virtude do seu carácter linear.

Por unidade sintagmática deve ser entendido

um agrupamento intermediário entre o nível do vocábulo e o da oração. Desta maneira, um ou mais vocábulos unem-se (em sintagmas) para formar uma unidade maior, que é a oração. Os vocábulos que compõem a unidade sintagmática organizam-se em torno de um núcleo; dependendo do núcleo, podemos falar em sintagma nominal e sintagma verbal.
(DUBOIS-CHARLIER apud HIRMA, 2002, p.49)

No campo da ciência da Informação e da terminologia o sintagma é considerado como sendo um termo composto, ou seja pode esboçar um sentido unívoco não sendo composto, necessariamente, de uma única palavra. ‘Plano Real’, ‘Ciência da Informação’, ‘Sociedade do conhecimento’ e ‘bolo de chocolate’ são exemplo de sintagmas. A consideração da existência do sintagma, bem como seu estudo, são de fundamental importância para um SRI mais eficaz e próximo da realidade comunicacional do usuário, pois estão presentes tanto na prosódia popular como nas línguas de especialidade.

3 SOCIOTERMINOLOGIA E TERMINOLOGIA CULTURAL

A denominação Socioterminologia apareceu pela primeira vez na literatura em um artigo de 1981, escrito por Jean Claude Boulanger e publicado nos números 7-8 do *Terminogramme* do OLF, Québec. A partir de então vários são os lingüistas que defendem o estudo e o registro social do termo, pois reconhecem que as terminologias estão abertas a variação. Auger (apud Faulstich, 1995) em maio de 1993 numa conferência realizada no *colloque sur la problématique, de l'aménagement linguistique*, afirmou que:

Concretamente está na administração correta da sinonímia e da polissemia, dois fenômenos considerados tradicionalmente como prejudiciais para os sistemas terminológicos, a aceitação da variação lingüística. Repulsando as terminologias da identidade cultural como termos unívocos e sem valor. Estes fenômenos que interferem no vocabulário e rompem idéias fixas concebidas sobre este assunto que quebra com as regras e normas dos organismos terminológicos de normalização.

Porém, como observa Faulstich, é Gaudin quem discute com maior propriedade a pertinência da terminologia voltada o social:

A socioterminologia ultrapassa os limites da terminologia institucional ou de um campo do saber e se detém nas linguagens urbanas, tribais e grupais, se ocupando de vocabulários culturais, falado por m determinado grupo de pessoas. (Gaudin apud de Faulstich, 1995).

A socioterminologia, apesar de imensamente válida, ainda não é muito estudada no Brasil. A escassez de documentos que tratam do assunto denuncia esta verdade. Somente alguns poucos teóricos como Enilde Faulstich autora do livro 'Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação', publicado pela universidade de Brasília em 1995, discorrem sobre a importância do trabalho socioterminológico. Faulstich defende a socioterminologia não somente como método analítico, mas também como "disciplina de caráter teórico" que merece ser estudada com mais afinho pelos terminólogos, sobretudo os que estudam o léxico cultural e os repertórios populares e regionais. Foi ela quem elaborou a metodologia para a pesquisa socioterminológica, cuja síntese veremos a seguir:

Socioterminologia, como prática do trabalho terminológico, fundamenta-se na análise das condições de circulação do termo no funcionamento da linguagem. Como disciplina descritiva, estuda o termo sob a perspectiva lingüística na interação social. Assim sendo, a pesquisa socioterminológica deve ter como auxiliar: (1) os princípios da sociolingüística, tais como os critérios de variação lingüística dos termos no meio social e a perspectiva de mudança; (2) Os princípios de etnografia: as comunicações entre membros da sociedade capazes de gerar conceitos interacionais de um mesmo termo ou de gerar termos diferentes para um mesmo conceito (...)

Segundo ela o especialista em socioterminologia deve assumir posturas que validem seu trabalho socioterminológico, quais sejam:

- Identificar o usuário da terminologia a ser descrita;
- Adotar atitude descritiva;
- Consultar especialistas da área a ser abordada;
- Delimitar o corpus;
- Selecionar documentação bibliográfica pertinente;
- Precisar as condições de produção e de recepção do texto científico e técnico;
- Conceder na análise do funcionamento dos termos, estatuto principal à sintaxe e a semântica;
- Registrar o termo e a(s) variante(s) do termo;
- Redigir repertórios terminológicos.

Faulstich propõe ainda uma “fixa terminológica para glossário sistemático” que possui campos mais ou menos fixos com a finalidade de armazenar os termos resultantes da pesquisa socioterminológica, cujo modelo veremos a seguir:

- | | |
|-------------------------|----------------------|
| 1. Número | 7. Área |
| 2. Entrada | 8. Subárea |
| 3. Categoria gramatical | 9. definição |
| 4. Gênero | fonte |
| 5. Sinônimo | 10. Contexto |
| 6. Variante(s) | fonte |
| 6.1 Gráfica | 11. Remissivas |
| fonte | 11.1 hiperônimo |
| 6.2 Lexical | 11.2 hipônimo |
| fonte | 11.3 conceito conexo |
| 6.3 Morfossintática | 12. Equivalentes: |
| fonte | 12.1 inglês |
| 6.4 Socioprofissional | fonte |
| fonte | 12.2 espanhol |
| 6.5 Topoletal | fonte |
| fonte | 13.3 francês |

fonte
13. Nota(s)
14. Autor da ficha

15. Instituição
16. Data

Apesar de não encontrarmos muitos estudos referentes a socioterminologia em si, no Brasil podemos encontrar uma 'nova' modalidade terminológica equivalente a ela, é a chamada Terminologia Cultural. Desde de 1998, o projeto RESNAPAP, criado e coordenado pela professora Dra Maria Odaisa Espinheiro de Oliveira, vem desenvolvendo, numa iniciativa pioneira, pesquisas referentes a esta modalidade definida por ela como sendo "representativa do universo do falante", ressaltando o relacionamento língua/imaginação/ realidade e a mediação do termo na relação homem-mundo. Os trabalhos compreendem a documentação dos chamados termos culturais presentes nas narrativas provenientes de municípios amazônicos. No âmbito do referido projeto, estes termos são concebidos como símbolos lingüísticos do universo sócio-cultural do falante da Amazônia paraense, elucidados no discurso oral popular, ou seja, a unidade lexical terminológica é concebida tanto como elemento constitutivo da produção do saber, quanto como recurso de expressão lingüística de fim comunicacional e pragmático. A autora constrói seu pensamento afirmando que "essa pesquisa contribui não só para o avanço dos estudos em oralidade, mas também promove um trabalho em que ocorre uma concretização nos estudos e aplicações que levam em consideração a inter-relação dos léxicos terminológicos com os contextos comunicativos em que se materializam" (OLIVEIRA, 2004 p.4). Trata-se, pois, de um estudo que apreende o léxico - "face mais nítida da dinâmica cultural" (LOBO 1999, p.77) em seu universo social, cultural e geográfico. Isto porque o lugar de onde falamos tem um papel fundamental na determinação daquilo que emitimos.

Segundo Isquerdo (2001 p. 09):

o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia e designam as diferentes esferas do conhecimento. Assim, na medida em que o léxico recorta realidades do mundo, define, também fatos de cultura.

Para Bourdieu (apud Soares, 2001):

grupos sociais diferentes desenvolvem processos de socialização diferentes gerando, portanto, um *habitus* cultural e um *habitus* lingüístico próprio de cada grupo. Isto é, modos diferentes de agir, perceber, pensar, sentir, incorporados por meio de uma certa maneira de interagir com a língua, maneira esta determinada por suas condições reais de existência, revelando dessa forma que códigos verbais diferentes relacionam modos diferentes de conhecer uma realidade.

Num sentido bakhtiniano, o termo cultural não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento dessa realidade, pois “o signo é produto e ao mesmo tempo parte atuante da sociedade, o que possibilita a permanente atualização do homem e da língua”.(Bakhtin, 1995).

Podemos constatar que a terminologia é, portanto, representativa da diversidade, bem como das singularidades, culturais de um povo. Isso se dá porque “uma sociedade não se distingue das formas de comunicação que ela torna possíveis e que a tornam possível”. (Maingueneau apud Oliveira p.5). Faz-se imprescindível, porém, uma abordagem semiótica da cultura e da linguagem (tratadas neste trabalho nos capítulos seguintes) do local onde se pretende desenvolver um trabalho deste tipo.

4 A TERMINOLOGIA E AS ÁREAS CORRELATAS

4.1 Terminologia, Lingüística e Lexicografia

A terminologia é tão tributária da lingüística, que, fora da lingüística não há salvação para o terminólogo, ainda que seja preciso atribuir a esta afirmação seu justo valor. Não se deve acreditar que todos os terminólogos devessem se transformar em um Chomsky do termo. Esse certamente não é objetivo prioritário da formação. Antes de mais nada, trata-se de preparar práticos, especialistas para trabalhar em situação de comunicação especializada bastante concretas. Não se pode ter um bom terminólogo sem que ele conheça alguns preceitos lingüísticos (...) Trabalhar em terminologia supõe notadamente fazer apelo aos conhecimentos sobre o léxico. (BOULANGER 1995, p.314-315)

Nos fragmentos de textos em epígrafe Boulanger defende veementemente o papel da lingüística e da lexicografia na formação de terminólogos, explicitando um elo de ligação entre estas ciências.

No entanto é necessário se fazer algumas distinções entre elas. Na lingüística não há primazia do significado sobre o significante, na terminologia a forma significante não é fundamental: há primazia do conceito sobre a forma. Para a lingüística, o importante é a pergunta "o que significa" que remete ao uso que faço da palavra; já para a terminologia, interessa a relação da palavra com o que está fora da linguagem "o que é" (com base em Rondeau, 1984). Trata-se de perspectivas diferentes, já que se pode abordar a palavra como unidade do léxico da língua e este é um trabalho feito pela lexicografia ao repertoriar todos os sentidos de uma palavra para elaborar dicionários de língua -, ou abordar a palavra como unidade que dá nome a um conceito de especialidade, como faz a terminologia para elaborar glossários e dicionários técnicos, por exemplo. Dito de outra forma, no trabalho lexicográfico, o interesse é voltado às propriedades da palavra; na atividade terminológica, às propriedades do objeto dentro de um campo do saber ou de atividade. Isso explica o privilégio da lógica para a organização das terminologias, por meio da identificação das relações entre as propriedades do objeto.

Além das diferenças relacionadas à função da lexicografia e da terminologia, é preciso notar que a terminologia clássica considera primeiramente o conceito, atribuindo à língua apenas a função designacional. Como consequência, não observa a prioridade da linguagem enquanto instrumento de comunicação. Todavia, para a lingüística estrutural, a função referencial da língua é a menos importante, mas é ela que é enfatizada pela terminologia clássica. Sublinhando a função referencial da língua, tal terminologia pretende enfatizar a referência, ou o elemento que está fora da língua.

4.2 Terminologia, Documentação e Ciência da Informação

Na área de documentação, a terminologia é essencial para representar o conteúdo dos documentos e para facilitar o acesso a esse conteúdo. Cabré (1995, p.11) cita os tesouros e as classificações como "inventários terminológicos organizados de acordo com sua temática e controlados formalmente".

Estudos com base histórica demonstraram que até bem pouco tempo, a Documentação e a Ciência da Informação trabalhavam de uma maneira empírica,

realizando a coleta de termos que iriam constituir uma linguagem documentária a partir da verificação da frequência e ocorrência dos termos na literatura. A partir dos estudos da Lingüística, pôde-se verificar que tais linguagens só poderiam efetivamente receber esse nome se funcionassem simultaneamente como instrumentos de significação e de comunicação. De fato, a presença de um termo não garante que ele funcione como unidade que remeta a um significado razoavelmente unívoco, pois essa condição só é alcançada pelo arranjo ou estruturação dos termos, tal como acontece no sistema da linguagem natural.

Segundo Lara (2005, p. 9) para que uma estruturação seja possível,

é preciso buscar referências de significado para os termos, ou seja, verificar como a língua de especialidade do domínio transforma a palavra, a partir de seu uso concreto no discurso da especialidade, em unidade de significação precisa. Não basta, entretanto, recolher um a um os termos do domínio. Para que a linguagem documentária ganhe uma significação própria como um todo e nas suas unidades, é preciso que ela tenha um arranjo próprio, construído a partir do relacionamento mútuo entre os termos.

Ela complementa com a seguinte colocação:

a Terminologia teórica pode respaldar o processo de delimitação dos domínios (e línguas de especialidade) porque oferece princípios para a delimitação de conceitos e termos e para a estruturação do sistema de conceitos. A terminologia concreta - os vocabulários, glossários e dicionários técnicos - fornece referências para a interpretação do significado dos termos de uma área.

Constatamos, portanto, que com o apoio da Terminologia podemos substituir o trabalho empírico de coleta de termos por um processo sedimentado em princípios teórico-metodológicos consistentes, como também procurar pelo significado dos termos nos domínios específicos de interesse.

Como bem afirmou Lara (2003, p.3) “mais recentemente a terminologia tem servido a aplicações mais práticas e próximas da realidade cotidiana da sociedade”. A organização da informação via linguagem documentária tem sua importância aumentada contemporaneamente, com o advento da já mencionada ‘explosão da informação’, a diversidade de termos técnicos e científicos advindos das novas tecnologias, a necessidade de comunicação internacional mais eficiente e a crescente demanda por maior rapidez e facilidade na recuperação de informações dispersas em inúmeros bancos de dados, arquivos

e outros meios eletrônicos, faz-se necessário o desenvolvimento de sistemas mais avançados e efetivos de organização e gestão de informações e mecanismos que desempenhem o papel de filtros para a recuperação, dado o grande volume de informações recuperadas na Internet, baseados em uma metodologia de processamento de dados terminológicos. Sonneveld (apud Campos 2003, p.45) ressalta que, “para ser capaz de sistematizar as informações de uma base de dados, ou para analisar imensos volumes de dados recuperados de sistemas distintos, o vocabulário da área em questão deve ser muito bem controlado”. É por essa razão que a ‘lingüística documentária’, campo relativamente novo, subdomínio da ciência da informação, cujo objetivo de propor códigos para o tratamento e a recuperação da informação, recorre à terminologia, visando a garantir referenciais para a organização de campos temático-funcionais. Lara (2004, p.3) afirma que

a terminologia, por sua vez, não oferece à CI apenas conjuntos de termos relativos a determinadas áreas de especialidade ou de atividade, mas referenciais metodológicos para sustentar a estruturação dos campos lógico-semânticos das linguagens documentárias, desempenhando, assim, um papel complementar à norma documentária de elaboração de tesouros (ISO 2788:1986).

Neste sentido podemos perceber com clareza o ponto de intercessão entre a Ciência da Informação e a terminologia e a necessidade de uma constante interação entre seus domínios.

CAPÍTULO III

LÍNGUA, LINGUAGENS E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Nunca como na atualidade houve uma consciência tão clara de que a palavra **linguagem**, mais do que um *objecto* sobre o qual as ciências se debruçam empiricamente (a par de outros objetos "intra-mundanos"), evoca um **problema fundamental**, não só para as ciências lingüísticas, mas também para a ciência, e mesmo para a filosofia (...) destacando se neste escopo a ciência da informação e da documentação. (Carvalho, 2005)

1 LINGUAS, LINGUAGENS E LINGÜÍSTICA: DE INTERESSE ANTIGO A CIÊNCIA MODERNA

A sedução que a linguagem exerce sobre o homem existe desde sempre. A gente pode observar esse fascínio de inúmeras maneiras; através da literatura, da poesia, da religião, da filosofia, etc. não faltam lendas, mitos, cantos, rituais, estórias e até polêmicas muito antigas que revelam a curiosidade do homem pela linguagem. (PULCINELLI, 1986, p.8)

O texto em epígrafe ilustra o interesse da humanidade pelos mistérios da língua, prática antiga, que remonta aos primórdios da existência do ser humano. Na Grécia antiga, os pensadores estendiam-se em longas discussões para saber se as palavras imitam as coisas ou se os nomes são dados por pura convenção. Costumavam manter calorosos debates sobre a organização da linguagem. Os hebreus acreditavam que a linguagem é um dom de Deus e constitui o elo de ligação entre Deus e os seres humanos. Segundo eles as línguas se diferenciaram umas das outras a partir de um fenômeno operado por Deus quando os homens que “compartilhavam uma só língua” (Gênesis 11), pretensiosamente, construíam uma torre (de babel= confusão, desentendimento), que os levaria ao céu. Também os antigos hindus dão uma conotação religiosa à linguagem. Eles são conhecidos pela sua agudeza no tratamento da linguagem verbal. Com a redescoberta do sânscrito (língua sagrada da Índia antiga), no século XIX, apareceram os sofisticados estudos da linguagem que seus ancestrais tinham feito em épocas muito remotas. O motivo pelo qual eles se interessavam pela linguagem tinha um caráter divino -estabelecer pela palavra uma relação íntima com Deus- mas nem por isso seus estudos eram menos criteriosos. Na idade média, a reflexão sobre a linguagem teve nos *modistae* uma de suas manifestações relevante. Eles procuravam construir uma teoria geral da linguagem, partindo da autonomia da gramática em relação à lógica. Consideram, então, três tipos de modalidades (*modus*) manifestados pela linguagem natural: o *modus essendi* (de ser) o *intelligendi* (de pensamento) e o *significandi* (de significar).

Existem inúmeros relatos que demonstram o interesse dos homens, em todas as épocas, pela linguagem, mas é somente com a criação da lingüística que esse interesse toma a forma de uma ciência. Não foi sem dificuldades que as reflexões sobre a linguagem conseguiu se impor, para isso teve que demonstrar o apuro de seu método e a configuração precisa de seu objeto. Considerada como ciência recente, a lingüística, inaugurada no começo do século XX,

definiu-se com bastante sucesso entre as ciências humanas, como “o estudo científico que visa descrever ou explicar a linguagem verbal” (PULCINELLI, 1986, p.9).

De acordo com Pulcinelli, “a Linguística distingue-se da gramática tradicional, normativa, pois não tem o objetivo de prescrever normas ou ditar regras de correção para o uso da linguagem”. Tudo o que faz parte da língua interessa e é matéria de reflexão. Porém não é qualquer linguagem que é objeto de estudo da linguística: somente a linguagem verbal, oral ou escrita. Os sinais que o homem produz quando fala ou escreve são chamados de signos. Os signos, em geral, tanto os das linguagens não verbais quanto os da linguagem verbal, são objetos de uma ciência geral dos signos chamada semiologia.

1.1 Abordagem Semiótica da Linguagem

Define-se semiótica ou semiologia como “ciência geral dos signos, dos sistemas de significação” (FERREIRA 2001, p.629). Esta ciência possui como suas principais noções a denotação (sentido real, revelação por meio de sinais) e a conotação (sentido translado ou subtendido), o significante e o significado (o que as coisas querem dizer ou representar).

Entende-se por signo “algo que se referisse a uma coisa maior do qual foi extraído: uma folha em relação a uma árvore (...), alguma coisa que substitua outra de modo a desencadear um complexo análogo de relações” (PIGNATARI, 1976, p. 25).

Ao produzir signos os homens estão reproduzindo a própria vida: com eles o homem se comunica, representa seus pensamentos, exerce seu poder, elabora sua cultura, sua identidade, etc. Como é sabido desde a era paleolítica o homem deixa registrado suas culturas, hábitos e pensamentos através dos signos primitivos (pictogramas, hieróglifos e outros), que foram ganhando novas versões e uma nova roupagem através dos tempos até chegar nos signos digitais que conhecemos hoje. O desenvolvimento dos signos é diretamente proporcional ao desenvolvimento da humanidade. Segundo Mendes (2001, p. 2) “os signos são fundamentais, pois dão ao homem sua dimensão simbólica, ligam os homens entre si pela comunicação e à sua natureza social”. Os símbolos demarcam a cultura de um povo.

As pessoas vivem num mundo de significados, criando-os, compartilhando-os e transmitindo-os quotidianamente e o conjunto destes significados é chamado de linguagem. A linguagem é composta de signos num complexo arranjo de frases cuja função expressiva demonstra o estado subjetivo de quem a utiliza; a representativa também chamada de denominativa ou cognitiva indica objetos e relações; e a comunicativa, com significados bem definidos, dirige-se a um receptor. Todos os signos só possuem sentido devido ao método de análise textual com base nos princípios da semiótica, formada por um sistema de signos (verbais e não verbais) dando significados aos sinais.

Para o suíço Ferdinand Saussure reconhecidamente pai da lingüística moderna (1969, p. 17), a linguagem é a faculdade natural de usar uma língua, “ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional”. Podemos considerar, a partir do estudo da obra deste autor, três concepções para língua: acervo lingüístico, instituição social e realidade sistemática e funcional.

A língua, como acervo lingüístico, é “o conjunto dos hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender” (Saussure, 1946, p. 92). A língua é “uma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos” (Id. p. 27). Na condição de acervo, a língua guarda consigo toda a experiência histórica acumulada por um povo durante a sua existência. Disso nos dá testemunho o hebraico, considerado por muitos, sobretudo Teólogos e Biblistas¹, como língua mãe da humanidade, que traz sobre si todo o registro histórico do povo hebreu e dos fenômenos relatados na Bíblia sagrada. O grego, expressão não só dos relatos bíblicos, mas de toda cultura do mundo antigo compilada e, por vezes, desenvolvida na Grécia por sábios, filósofos e cientistas. O latim, símbolo permanente da cultura e das instituições romanas e, também o português, nos seus oito séculos de existência, acumulou um rico e notável acervo lingüístico e literário. Importante língua de cultura, constitui o tesouro comum dos povos irmanados pela lusofonia.

¹ Filólogos que se aplicam ao estudo exclusivo da Bíblia.

Como instituição social, a língua “não está completa em nenhum indivíduo, e só na massa ela existe de modo completo” (Id. p. 21), por isso, ela é, simultaneamente, realidade psíquica e instituição social. Para Saussure (1946, p.17-22) a língua “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (...) é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade”.

A visão da língua como realidade sistemática e funcional é o conteúdo mais importante da concepção saussuriana. Para ele, a língua é, antes de tudo, “um sistema de signos distintos correspondentes a idéias distintas” (p. 18); é um código, um sistema onde, “de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica” (p. 23). Saussure vê a língua como um objeto de “natureza homogênea” (p. 23) e que, portanto, se enquadra perfeitamente na sua definição basilar: “a língua é um sistema de signos que exprimem idéias” (p. 24). Essa concepção da língua como sistema funcional está imbricada com a noção de valor.

Como se sabe, a linguagem é um dos meios de estruturação da sociedade, responsável pela estruturação das relações, pela representação da realidade e, portanto, como bem colocou Ferreira (2004, p.1) “*modus operandi* do conhecimento e do reconhecimento do mundo pelo sujeito”. No entanto, muitas vezes, esquece-se que todo conhecimento coletivamente válido é quase sempre um conhecimento lingüisticamente constituído que se desenvolve no curso da evolução da sociedade, ou seja, o que pode ser representado está na dependência de tradições históricas e sócio-culturais. Desse ponto de vista, qualquer linguagem é culturalmente marcada, fenômeno que, segundo Mendes (2001, p.5) “transparece em todos os níveis de estruturação lingüística, sobretudo, no nível lexical; em especial naquele que ocorre em comportamentos verbais, acionados pelas diversas práticas cotidianas”.

1.2 Algumas Concepções acerca da Linguagem

É imprescindível que todos aqueles que estudem fatos de linguagem, esclareçam qual (is) a (s) concepção (ões) de linguagem adotada (s). Dentre as diversas concepções existentes ao longo da história, Koch (1992, p.83) nos apresenta as seguintes:

Linguagem como atividade verbal: trata a linguagem como atividade, como forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada; como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos;

Linguagem como veículo de comunicação: considera a língua como um código através do qual um emissor comunica a um receptor determinadas mensagens. A principal função da linguagem é, neste caso, a transmissão de informações;

Linguagem como representação: a mais antiga das concepções, embora continue tendo seus defensores na atualidade.

Pode-se observar que essas três concepções estão interligadas entre si, pois ao mesmo tempo em que a linguagem traduz e exterioriza o pensamento, também, serve como meio de comunicação e, ainda, desenvolve uma ação, age, atua sobre o interlocutor. Koch (1992, p.83), mostra que o homem representa para si o mundo através da linguagem e, assim sendo, a função da língua é representar (= refletir) seu pensamento e seu conhecimento de mundo. É nesta perspectiva que apresentaremos a seguir a concepção de linguagem como representação da informação para fins documentários, que envolve o estudo da lingüística textual e normativa...

2 LINGUAGENS COMO REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

É comum ouvirmos dizer que estamos vivenciando a 'Era da Informação' e que dispomos hoje de acesso instantâneo a uma quantidade de informação maior do que conseguimos tratar. Faremos então uma breve explanação do que vem a ser Informação. Em

sentido canônico informação significa “ação ou efeito de informar, instrução, indagação, investigação, notícia”. Um dos grandes nomes da Teoria da Informação, Claude Shannon (apud EPSTEIN, 1988, p. 19), autor de *"The Mathematical Theory of Communication"*, define que “informação está presente sempre que um sinal é transmitido de um ponto a outro”. São informações: palavras, um quadro (sinais visuais na forma de ondas de luz), os impulsos elétricos através dos quais nossos olhos transmitem imagens ao cérebro, música, etc. Além de transmitidas e recebidas, as informações são armazenadas e depois reproduzidas nas chamadas fontes documentárias: livros, discos, fotografias, na memória humana e etc. Desta forma, uma informação original pode ser reproduzida (transmitida muitas vezes). Um exemplo radical de armazenamento e reprodução da informação são os genes: o código genético de um ser vivo é armazenado nos genes que permitem a reprodução do ser vivo a partir de uma única célula; todas as células contendo a mesma informação genética da célula inicial. Acredita-se que para fazer sentido a informação deve ser compreendida e representada, pois “a verdadeira natureza da informação é representacional” (MEUNIER apud BENTES, 2002 p.3).

Com base no que foi dito por Bentes (2002, p.4) a origem da palavra representação remonta à idade antiga, e foi associada, inicialmente, ao conceito de imagem e idéia, e, posteriormente, a ambos. Charles Pierce associa ao termo representar o significado de “estar no lugar de”, Já Coelho Neto (2001, p. 34) o associa ao ato de re-apresentar, colocar de uma outra forma. Enquanto que para Barthes (1984, p.72) representar é o mesmo que medir igualdades e/ou diferenças, comparar, usar subsídios simbólicos para explicar ou esclarecer algo. No campo da ciência da Informação percebe-se que os estudos sobre representação da informação são abordados sobre diversos aspectos: no processamento, busca, comunicação, recepção e recuperação da informação. Neste contexto o uso dos recursos lingüísticos é fundamental. A linguagem configurada para fins documentários recebe a incumbência de representar de forma lógica, clara e compreensível o conteúdo dos documentos.

2.1 Linguagens Documentárias

Com o crescimento do conhecimento científico e tecnológico a partir das décadas de 50 e 60, quando se sentiu uma dificuldade para armazenar e recuperar a informação, foi

implementada uma mudança no enfoque e na conceituação dos sistemas de recuperação da informação existentes. Foram abandonados os modos estritamente normativos e buscou-se uma construção de linguagens próprias. Surgiram, assim, as Linguagens Documentárias, -LDs construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem, segundo Cintra (1994, p.23) a “sistemas de símbolos, destinados a traduzir os conteúdos dos documentos”. Gardin (apud CINTRA, 1994 p.25) define as LDs como “um conjunto de termos, providos ou não de regras sintáticas, utilizado para representar conteúdos de documentos técnico-científicos, com fins de classificação ou busca retrospectiva de informações”. Para este autor uma LD deve integrar três elementos básicos: (1) um léxico, identificado com uma lista de elementos, devidamente filtrados e depurados; (2) uma rede paradigmática para traduzir relações essenciais entre os descritores e; (3) uma rede sintagmática destinada a expressar as relações contingentes entre os descritores, relações estas que só são válidas no contexto particular onde aparecem.

Assim como a Linguagem Natural-LN, ou seja, a linguagem usual, as LDs são sistemas simbólicos instituídos, que visam facilitar a comunicação. Sua função comunicativa, entretanto, é restrita a contextos documentários, ou seja as LDs devem tornar possível a comunicação do usuário com o SRI (Sistema de Recuperação da Informação). Segundo Cintra (1994, p.24) “grande parte das discussões teóricas sobre as LDs se inserem no âmbito da Análise Documentária” que, por sua vez, se define com uma atividade metodológica específica no interior da Documentação, que trata da análise, síntese e representação da informação, com o objetivo de recuperá-la e disseminá-la. Neste contexto as LDs são, pois, instrumentos intermediários, através dos quais se realiza a tradução da síntese dos textos e das perguntas dos usuários. Estas perguntas são feitas em linguagem natural e traduzidas para a linguagem do próprio sistema por intermédio da LD. É por esta razão que as LDs podem ser concebidas como instrumentos de tradução e comunicação documentárias.

De acordo com Gomes (1990, p. 42) as LDs mais conhecidas são o Tesouro e os Sistemas de Classificação Documentária. As diferenças entre esses dois tipos de LDs estão no maior ou menor grau de reprodução das relações presentes na LN e no universo de conhecimento que pretendem cobrir. Segundo Cintra (1994, p.29)

os primeiros sistemas de classificação bibliográfica são de natureza enciclopédica, como a CDD- *Dewey Decimal Classification*, a CDU- *Classificação Decimal Universal* e a LC- *Library of Congress*, e visam cobrir todo o aspecto do conhecimento. Sistemas datados posteriormente, as classificações facetadas desenvolvidas pelo CRG-*Classification Research Group* e com base na *colon Classification*, de Ranganathan, visam domínios particulares.

Os Tesouros por sua vez, originaram-se a partir destas classificações facetadas, porém, com uma preocupação a mais: a de manter o controle do vocabulário. Podemos constatar que as LDs caminharam através dos tempos em rumo da especialização, abandonando a pretensão inicial de cobrir todo o universo do conhecimento para se dedicar a domínios cada vez mais específicos.

Toda LD possui uma sintaxe, ou notação, própria. Ela é bastante rudimentar nos sistemas de classificação bibliográfica (alfa-numérica na CDD, uso de :, ::, +, /, na CDU, por exemplo) e mais desenvolvida nos tesouros, com a possibilidade da utilização de operadores booleanos. O sistema notacional de uma LD é imprescindível, pois permite, pelo seu esquema sintático, a delimitação mais precisa de um assunto, através do significado produzido pela combinação de seus elementos.

2.2 Indexação de Assunto

A indexação de assunto é uma das formas de representação de conteúdo, cuja função é identificar o assunto do documento. Segundo a ABNT (1992, p. 2), a indexação de assunto é: "Ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação". Corroborando Guinchat e Menou (1994, p. 175) a descrevem como "... operação pela qual escolhe-se os termos mais apropriados para descrever o conteúdo de um documento". É um processo, cujos conceitos são extraídos do documento através de uma análise de conteúdo e traduzidos para uma linguagem convencional, conforme os termos constantes nos instrumentos de indexação.

2.2.1 Etapas da Indexação

Durante o processo de indexação, percebe-se a existência de etapas ou estágios. Lancaster (1997) identifica duas: análise temática e tradução; já a ABNT (1992) identifica três: análise do

documento, identificação dos conceitos e seleção de termos de indexação. Chaumier (1988, p.29) apresenta quatro operações: conhecimento do conteúdo do documento, escolha dos conceitos, tradução dos conceitos escolhidos e incorporação dos elementos sintáticos. Na verdade, tanto para um autor, como para outro, o processo ocorre obedecendo praticamente às mesmas operações. No entanto, para Lancaster (1997, p. 32), a análise do documento e a identificação de conceito, encontram-se reunidas na etapa por ele denominada de análise temática. E para Chaumier, as quatro operações também estão reunidas em duas grandes etapas: análise temática e tradução. O autor diferencia as operações relevantes dentro destes dois estágios. Abaixo, segue a explanação das etapas, conforme a nomenclatura adotada por Lancaster, mas reunindo as idéias segundo a Norma e Chaumier.

A Análise Temática é a identificação dos tópicos estudados num documento (LANCASTER, 1997). O Curso sobre *Lenguajes de Indización* (1978, p.12) apresenta um conceito que relaciona a descrição do conteúdo com a recuperação da informação e afirma que: “Análise temática é a determinação dos distintos conceitos ou idéias existentes em documentos ao indexar, e na pergunta ao preparar a estratégia de busca”.

A ABNT (1992) divide a análise temática em duas etapas: análise do documento e identificação dos conceitos. A análise do documento refere-se à compreensão dos documentos conforme a leitura de determinado conjunto de seus elementos, tais como: título e outras informações sobre o título; resumo; sumários; introdução; ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos; palavras ou grupos de palavras em destaque; e as referências bibliográficas. A identificação dos conceitos significa identificar os conceitos que são os elementos essenciais na descrição do assunto. Alguns aspectos devem ser analisados para que se possa elencar conceitos realmente importantes. “Na seleção de conceitos, o principal critério deve ser sempre o valor de um conceito para a expressão e recuperação do assunto do documento” (ABNT, 1992, p.3).

Chaumier (1988, p. 29), por sua vez, também divide a análise temática em duas operações: conhecimento do conteúdo do documento e a escolha dos conceitos. Essas operações se assemelham as sugeridas pela ABNT, demonstradas anteriormente. A descrição apresentada por Chaumier sobre obter o conhecimento do conteúdo do documento, é muito semelhante a designação análise do documento adotado pela ABNT. A segunda operação, escolha dos conceitos, Chaumier apresenta

conceitos diferentes para as características da indexação. Para ele, as regras de seletividade e exaustividade são fundamentais. A primeira, ele considera que somente devem ser relacionados os conceitos que representem as informações do documento, suscetíveis de interesse ao usuário. Já, a exaustividade, o autor considera que todos os conceitos úteis devem ser relacionados.

A análise temática é, pois, a fase do processo de indexação onde é feita a identificação dos assuntos abordados no documento, considerando aspectos relevantes para a comunidade usuária do sistema de informação. Os aspectos podem ser evidenciados em forma de pergunta, como sugerido pelos autores. O produto final desta fase é a relação de conceitos indexáveis, retirados do documento em linguagem natural.

A tradução é a segunda etapa da indexação. Implica na conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação (LANCASTER, 1997). Faz-se freqüente a utilização de vocabulários controlados, entre os quais os mais conhecidos são: esquemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros. Sobre a tradução, a ABNT (1992) denomina como seleção de termos de indexação e Chaumier (1988) levanta duas operações para esta etapa: tradução dos conceitos e incorporação dos elementos sintáticos.

Esses autores levantam questões relevantes para considerar durante esta etapa. A ABNT (1992) ressalta que se devem utilizar descritores apropriados já existentes na linguagem de indexação utilizada. E para caso em que não haja os descritores no instrumento de indexação, sugere alguns procedimentos, a fim de verificar a precisão e aceitação desses termos tanto em instrumentos de referência como também na comunidade usuária.

Segundo Chaumier, o levantamento de descritores é insuficiente para finalizar o processo de indexação. Para ele, existe ainda mais uma operação importante para concluir a indexação de um documento, ou seja, deve-se avaliar o grau de importância dos conceitos em relação ao conjunto do documento a indexar. "O documentalista deve assinalar, em sua indexação, a importância ponderada de cada conceito, fazendo figurar as reações dominantes que o autor desenvolveu entre os descritores selecionados" (CHAUMIER, 1988, p. 67). Dessa forma, o usuário poderia escolher os documentos que melhor atenderiam suas necessidades de informação, conforme o tratamento dado sobre o assunto pelo autor.

2.2.2 Linguagens de Indexação

É comum encontrar na literatura a nomenclatura de linguagens de indexação e linguagens documentárias. A obra de Ghinchat e Menou (1994, p. 133) apresenta a nomenclatura linguagem documental e os autores a definem como: “. . . linguagem convencional utilizada por unidade de informação para descrever o conteúdo dos documentos, com objetivo de armazená-los e recuperar as informações que eles contém.”

Austin e Dale (1993, p. 14) apresentam a nomenclatura linguagem de indexação, cuja definição é: “Um conjunto controlado de termos selecionados da linguagem natural usado para representar de forma abreviada os assuntos do documento.” O Curso sobre *Lenguajes de Indización* (1978, p. 92), em seu glossário, considera linguagem documentária e linguagem de indexação como sinônimos. Faz remissivas de linguagem documentária para o termo preferido linguagem de indexação. Apresenta a seguinte definição: “Lista de etiquetas (signos e termos) que formam o vocabulário de indexação e aquela com regras que formam sua sintaxe, se utiliza para a indexação da informação.”

Neste trabalho, Linguagem Documentária e Linguagem de Indexação serão considerados sinônimos. O seu significado aqui será uma lista de termos selecionados da linguagem natural que forma um conjunto controlado de termos a ser utilizada na indexação de assuntos. Como visto, a linguagem de indexação formará o vocabulário de indexação de um sistema de informação. Esse vocabulário poderá ser o vocabulário livre ou o vocabulário controlado.

2.2.2.1 Vocabulário livre

Adotar um vocabulário livre para realizar a indexação de assunto significa dizer que será utilizada a linguagem natural. Segundo Lancaster (1997, p. 200) linguagem natural são “. . . palavras que ocorrem em textos impressos e, por isso, considera-se como seu sinônimo a expressão ‘texto livre’.” Já para o Curso sobre *Lenguajes de Indización* (1978) “linguagem natural é a linguagem utilizada pelos autores dos documentos.”

A linguagem natural pode ser utilizada na indexação de assuntos. No entanto, essa decisão pode acarretar em inconsistência, tendo em vista a considerável utilização de sinônimos no ambiente

informativa. Mesmo assim, é uma medida menos dispendiosa e de fácil implantação (LANCASTER, 1997; GUINCHAT, MENOU, 1994).

O emprego de linguagem natural em um sistema de informação prejudica o processo de recuperação da informação, pois aumenta o esforço despendido pelos usuários durante a busca. Segundo Gomes (2001, p. 11) a introdução da informática no tratamento da informação reforçou uma preocupação com a abordagem lingüística. Para o autor a recuperação “automática” não se mostrou tão satisfatória, devido a problemas com a terminologia durante o tratamento da informação. O autor finaliza afirmando que linguagem documentária torna-se, então, imprescindível (GOMES, 2001, p. 13).

2.2.2.2 Vocabulário controlado

Vocabulário controlado é uma ferramenta que auxilia a indexação de assuntos e na recuperação de informações. Segundo o Curso sobre *Lenguajes de Indización* (1978, p.92) “. . . é um conjunto de termos normalizados, selecionados de um conjunto de termos da linguagem natural, e que se utiliza para a indexação e recuperação de informação.”

Para Lancaster (1997, p.68), um vocabulário controlado é essencialmente uma lista de termos autorizados, que, em geral, inclui uma forma de estrutura semântica. Essa estrutura destina-se, especialmente, a controlar sinônimos, diferenciar homógrafos e reunir ou ligar termos cujos significados apresentem uma relação mais estreita entre si.

A qualidade de um sistema de recuperação da informação depende da indexação de assuntos realizada. O vocabulário controlado é um instrumento que otimiza tanto o processo de indexação como o processo de busca no sistema. A falta da utilização de vocabulários controlados pode originar vários problemas, tais como: inconsistência no tratamento da informação, falhas nas buscas, aumento de tempo e de custo no Sistema (CURSO SOBRE LENGUAJES DE INDIZACIÓN, 1978).

São exemplos de tipos de vocabulário controlado, o Sistema de Classificação, a Lista de Cabeçalho de Assunto e o Tesouro. Trata-se de um conjunto de signos, podendo ser constituídos de termos ou de números, que representam um conjunto maior de signos da linguagem natural e, dessa forma, utilizados tanto para a indexação como para a recuperação de informação.

Lancaster (1997) mostra a diferença entre os três tipos de vocabulário controlado. Para o autor, as classificações bibliográficas apresentam o arranjo alfabético e sistemático, na forma de índice que remete para o arranjo principal, o qual é hierárquico. O tesauro apresenta o arranjo explícito dos termos de forma alfabética e a estrutura hierárquica implícita encontra-se incorporada à lista alfabética por meio de remissivas. A lista de cabeçalhos de assuntos é similar ao tesauro pelo fato de ser alfabética. No entanto, diferem-se um do outro porque a lista de cabeçalho de assunto incorpora uma estrutura hierárquica imperfeita e não distingue claramente as relações hierárquicas e associativas.

2.3 Tesauro: uma linguagem de Indexação Alfabética

Tesauro é o vocabulário controlado de uma linguagem de indexação, formalmente organizado para explicitar as relações *a priori* entre conceitos (AUSTIN, DALE, 1993). Diferencia-se de um vocabulário controlado por apresentar, além das relações sinônimas, quase-sinônimas, homonímicas e polissêmicas, as relações estruturais entre os elementos. O tesauro, também, diferencia rigorosamente “termo” de “palavra” (MANUAL DE ELABORAÇÃO DE TESAUROS MONOLÍNGUES, 1987).

Etimologicamente a palavra ‘Tesaurus’ deriva do grego e do latim e significa ‘tesouro’, algo de grande valor. Durante muitos séculos foi utilizada para designar o léxico em geral, ou seja, o ‘tesouro das palavras’. No entanto esta palavra tornou-se popular após a publicação do *Thesaurus of English Words and Phrases*, de Peter Mark Roget, em Londres no ano de 1852. Cujo subtítulo expressa bem seu objetivo: ‘palavras classificadas e arranjadas para facilitar a expressão das idéias e para ajudar na composição literária’. Ao contrário dos tradicionais dicionários de língua existentes na época, nos quais se parte de uma palavra para saber o(s) significado(s) que ela pode ter, no *Thesaurus* de Roget parte-se de um significado, de uma idéia, para se chegar às palavras que melhor a representem. Pode se dizer que se trata um “esquema de classificação com um índice alfabético remissivo” (CAMPOS 2001, p. 101). Segundo Foskett (1985, p. 271) “seu valor consiste em ser uma estrutura de conceitos relacionados entre si, através de vários significados; isto é que torna Roget familiar a todos os que se interessam pela qualidade e o estilo da escrita”.

No final da década de 50, marco da utilização do *Thesaurus* para fins documentários, quando começaram a ser desenvolvidos e a utilizados os sistemas de indexação e classificação à base de palavras-chave, Howerton (apud CURRÁS, 1995, p.85) definiu *Thesaurus* como sendo

uma lista autorizada, que pode conduzir o usuário de um conceito ao outro, por meio de relações heurísticas ou intuitivas. Pode-se usar a lista manual ou mecanicamente, para indicar cabeçalhos de indexação.

Brian Vickey, nos anos 60 (Séc. XX), demonstrou quatro significados diferentes usados na literatura bibliotecária para o termo *Thesaurus*, sendo a interpretação mais comum a de “uma lista alfabética de palavras, onde cada palavra é seguida de outras que a ela se relacionam” (VICKEY apud FOSKETT, 1985, p. 270).

No início da década de 70 (Séc. XX), através do programa Unisist da Unesco (apud CAMPOS 2001, p. 90) a Unesco define *Thesaurus* para a área de ciência da informação sob dois aspectos: (1) Segundo a sua estrutura: “um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semântica e genericamente cobrindo um domínio específico do conhecimento”; (2) Segundo a sua função: “é um dispositivo de controle terminológico usado na tradução da linguagem natural dos documentos, dos indexadores ou dos usuários numa linguagem do sistema(linguagem documentária) mais restrita”.

Neste contexto nota-se uma certa preocupação da Unesco em apresentar definições que pudessem atender tanto à área de elaboração de *Thesaurus* quanto à área de organização e recuperação da informação.

A partir dos anos 80 (Séc. XX) em diante, tornou mais evidente a influência das relações entre Tesauros e Ciência da Informação e a chegada dos estudos mais apurados sobre Lingüística e Terminologia ao campo da Documentação. Destacamos aqui algumas definições que marcam este período:

é um conjunto semiológico, utilizado como sistema de classificação, cujas unidades classificatórias formam conjunto de morfemas ligados por relações do tipo paradigmático, a partir das quais se constroem diferentes classes. Estes morfemas

utilizam relações do tipo sintático, para conseguir que os termos tenham uma representação documentária. O importante não são os documentos, são as relações dos assuntos. Esta tarefa é realizada pelo indexador. (DOZE apud CURRÁS, 1995, p.86)

Um vocabulário de uma linguagem controlada de indexação, organizado formalmente, de forma que as relações entre conceitos se estabeleçam *a priori*, para ser usado em Sistemas de Recuperação da Informação, sejam estas bases de dados, índices impressos ou catálogos (GIST apud CAMPOS, 2001, p.96).

Tesouro é uma Linguagem Documental combinatória. Surge como um anel de cadeia essencial na cadeia que assegura a união documento-usuário, de tal modo que; se partimos de um documento para indexar, como de um pedido de informação, aparece a figura do tesouro, que nos permite passar da linguagem natural para uma linguagem documental (RUIZ apud CURRÁS, 1995, p.87).

2.3.1 Função

“A função do tesouro é poder representar os assuntos dos documentos e das solicitações de busca” (MANUAL DE ELABORAÇÃO DE TESAuros MONOLÍNGUES, 1989, p.8). Segundo Currás (1995), um tesouro tem algumas condições a cumprir. O tesouro deve ser uma linguagem especializada, tratando de áreas específicas do conhecimento e adotando uma linguagem dirigida à área. Além disso, esse tipo de vocabulário controlado deve estar normalizado em um processo pós-controlado. É através da normalização dos termos que se garantirá a coincidência entre as formas das palavras usadas na indexação e na busca, aumentando a revocação do sistema de indexação.

O tesouro compõe-se de unidades lingüísticas, em geral, denominadas termos e deve apresentar as relações entre eles. Essas relações podem ser hierárquicas, associativas ou de equivalência, realizadas com métodos de pré-coordenação e pós-coordenação. Deve tratar-se de linguagens terminológicas nos processos de indexação, classificação ou recuperação da informação. O tesouro deve permitir a atualização através da introdução ou supressão de termos. Além disso, deve converter a linguagem natural dos documentos em uma linguagem concreta, normalizada, apta a controlar a informação contida no documento. Por fim, deve ligar o documento e o usuário (CURRÁS, 1995).

2.3.2 Composição e estruturação

Os elementos fundamentais do tesauro são os termos. O conjunto dos termos, das relações entre os termos, notas de aplicação e a notação utilizada para representar as relações formam, segundo Currás (1995), a estrutura do tesauro. Os termos são “palavra ou símbolo que denota um conceito” (CURSO SOBRE LENGUAJES DE INDIZACIÓN, 1978, p. 98). A estrutura do tesauro pode ser entendida pelo relacionamento, ligação ou vinculação entre os conceitos representados por termos. Todos os termos de um tesauro devem apresentar algum tipo de ligação lógica e significativa com outro termo. Essa ligação é estabelecida conforme a relação entre o significado dos termos, segundo as características do conceito. Outro tipo de relacionamento é aquele que ocorre entre objetos individuais ou itens da realidade. Além disso, inclui-se nos tesauros o conjunto de remissivas.

A estrutura do tesauro influencia diretamente no desempenho de um sistema de informação. Além de interferir no processo de indexação, ele oferece subsídios para a elaboração da estratégia de busca no processo de recuperação da informação, pois permite ao usuário encontrar termos mais adequados, mesmo sem saber, num primeiro momento, o nome específico para representar a idéia ou o conceito que ele procura. A partir de um termo que o usuário conhece, o tesauro, através de sua estrutura, apresenta outros termos que podem ser tão, ou mais, pertinentes do que aquele que lhe veio em mente no primeiro momento.

Neste sentido, segundo Lara (2001), o trabalho terminológico pode servir, entre outros propósitos, para apoio e estruturação das linguagens documentárias, tendo em vista que a atividade terminológica trata de conceitos e sua sistematização (GOMES, 2002).

Para Gomes (2002), terminologia e tesauro apresentam características comuns, pois ambos referem-se a um conjunto de termos de uma área específica. O autor revela que segundo a Teoria Geral da Terminologia, a atividade terminológica tem início no conceito e termina no termo. Um conceito, segundo Lara (2001), é uma unidade de conhecimento formada pela combinação de características. Para esta autora, a formação do conceito é um processo de abstração que tem como base a seleção de propriedades de um conjunto de um ou mais objetos. “Cada conceito é determinado pela posição que ocupa no conjunto estruturado de conceitos, denominado sistema

conceitual.” (LARA, 2001, p.7) Os termos de uma área do conhecimento se relacionam como um sistema, cujas relações são muito bem identificadas. Isso ocorre por que a Teoria Geral da Terminologia se ocupa com análise e conteúdo do conceito. Para Wüster (apud GOMES, 2002, p. 2) os conceitos se relacionam lógica e ontologicamente. As relações lógicas se dão por abstração. Já as relações ontológicas são aquelas que se referem ao objeto numa realidade empírica em sua relação com outros no tempo ou no espaço.

2.3.3 Campo de atuação

De uma forma geral o tesauro pode ser Compreendido como sendo uma ferramenta que liga informação às pessoas. Até os dias atuais, pensava-se que o tesauro se aplicava apenas para as bibliotecas e centros de informação, pois facilitava a recuperação da informação contida em materiais de pesquisa acadêmica. No entanto, com as mudanças advindas com a tecnologia da informação, a aplicação dessa ferramenta ultrapassou os limites das Bibliotecas e Centros de Informação e passou a despertar diferentes tipos de interesses, como exemplo podemos citar o comércio eletrônico, uma aplicação bastante justificável, tendo em vista as características do tesauro e a complexidade do fluxo de informações existentes nesta atividade. Como defende Gomes (2001, p.2) o avanço tecnológico também garante aos tesauros ‘uma vida longa e produtiva’, pois a produção de conhecimento é diretamente proporcional a necessidade de tratá-lo para sua futura recuperação, e os tesauros, bem como a prática da indexação documentária e os demais recursos e linguagens documentárias juntamente com seus operadores (profissionais da informação), desempenham um papel primordial neste processo.

3 INTERFACE LINGÜÍSTICA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A temática da lingüística e da ciência da informação na atualidade reúne alguns dos principais problemas do campo da informação. A lingüística, utilizada para a construção de conceitos no campo do conhecimento humano, e a ciência da informação, responsável pelo tratamento e transmissão deste conhecimento. Partindo-se de uma pesquisa em artigos de periódicos científicos da área, Mendonça (2002, p. 1) realizou um estudo no qual destacou sete pontos em que ocorre a interseção lingüística e ciência da informação como segue: o teórico; o

quantitativo, pela visão bibliométrica; o temático, pela representação da informação; o aplicativo, pelos métodos diversos; o ensino, pelas relações curriculares; o tecnológico, pela teoria de sistemas; e normativo, pelas classificações bibliográficas. Mendonça (2002, p.2) destaca ainda que uma das grandes problemáticas reveladas na pesquisa foi à construção de conceitos e a representação da informação. "Esta constatação perpassa pela terminologia e pela análise documentária, que serão as áreas mais estudadas na década que se inicia"

O desenvolvimento de pesquisas na área da ciência e tecnologia, a explosão informacional e a fragmentação do conhecimento impõem a necessidade de se tratar de maneira racional e analítica o conteúdo dos documentos, com o fim de obter uma melhor representação para uma recuperação eficaz da informação produzida. Este processo vem colocando em questão estas duas áreas distintas no seu fazer científico e ao mesmo tempo aplicativos e complementares: a lingüística, que, após a década de 60, com a revolução elaborada por Noam Chomsky, ganhou *status* de ciência transformacional e desde então vem constantemente sendo solicitada para a construção de conceitos em diversos campos do conhecimento humano, e a ciência da informação, que, gerada após a II Guerra Mundial, recebeu a incumbência de lidar com o tratamento e transmissão do conhecimento produzido, com a responsabilidade ainda de zelar pelo papel social da informação. A contribuição da lingüística, via linguagem, e a função social da ciência da informação, via comunicação, fornecem uma das questões prioritárias no meio documental neste final de século. Foucault (1999, p.12) diz que "a existência da linguagem é soberana, pois que as palavras receberam a tarefa e o poder de representar o pensamento". Pensamento representado pela extensão do vocabulário e pela fertilidade de seus elementos na qual se incluem dois modos operantes: o fixo, em que a palavra é a base da construção limitada, restrita, e o flexível, em que as palavras têm múltiplas definições e são dotadas de combinações associativas, segundo Moles (1974, p.24).

A ciência da informação, que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças governantes dos fluxos e os meios de processar a informação, tendo como objetivo a sua organização, armazenamento, recuperação e disseminação, têm estreita ligação com a lingüística pela intermediação da análise documentária, que se utiliza de

métodos e processos para descrever o conteúdo dos documentos. Muitos são os teóricos que colaboram com pesquisas para a interface lingüística e ciência da informação, estudando as subáreas desses campos, como a análise documentária e a lingüística aplicada, a documentação e a lingüística, a Terminologia, a lexicografia, a ciência da Informação e a lingüística, e outras relações, procurando subsídios para a aplicação dessas duas áreas. Os estudos mais recentes apontam para a tendência terminologia e análise documentária, subáreas mais estudadas nos últimos 10 anos pelos teóricos da informação e semanticistas. Estes estudos visam a buscar na próxima década o rigor para as práticas de construção de vocabulários para fins de documentação.

3.1 Lingüística e Análise Documentária

A importância da Lingüística para a Análise Documentária não se pode restringir apenas as suas propostas de análise. É necessário, dado que a Análise Documentária trabalha com a língua e elabora linguagens de documentação, fazer um corte teórico da lingüística no que ela apresenta de instrumental para a Análise Documentária, não só na fase de procedimento, como na elaboração de instrumentos e produtos a serem obtidos.

A língua funciona segundo dois eixos (estudados pela gramática): o eixo sintagmático, que rege os agrupamentos possíveis dos diferentes signos lingüísticos e o eixo paradigmático, que reflete as relações existentes entre os signos capazes de assumir a mesma função.

Esses dois eixos são virtuais como a própria língua e determinam a organização do discurso. No caso da Análise Documentária, que tem como objetivo textos, isto é, enunciados finitos e espaços discursivos limitados. O reconhecimento das relações paradigmáticas e sintagmáticas leva não só a formação de campos semânticos dos textos analisados como à estruturação e elaboração das linguagens tradutoras, permitindo a passagem de uma LN para uma LD. É através das relações paradigmáticas e sintagmáticas que se torna possível a reunião de unidades lexicais de uma língua em grupos estruturados, de tal modo que cada unidade se defina pelo lugar que ocupa relativamente as demais. Para tal, a formação do campo semântico

possibilita à Análise Documentária numa melhor organização dos seus procedimentos de análise e a construção de instrumentos e produtos.

Para que seja possível a identificação das relações paradigmáticas e sintagmáticas e a formação de campos semânticos, com o fim de passar de uma LN a uma LD, a documentação tem necessidade de elementos de filologia, no sentido do estudo diacrônico e sincrônico dos vocábulos, assim como da lexicografia e da lexicologia, principalmente no que diz respeito à organização e estruturação de dicionários, léxicos e glossários. Neste sentido, a lingüística colabora com a Análise Documentária, tanto no reconhecimento dos textos como na estruturação das LD's.

Sendo que não existem estudos interdisciplinares com objetivos definidos que envolvam a documentação e a lingüística, dizemos que a primeira recorta da segunda as propostas que lhe interessam no seu fazer pragmático. Damos alguns exemplos:

A diferenciação realizada por Saussure (Saussure, 1969) entre linguagem (abstração humana, capacidade do homem de comunicar-se com os seus semelhantes através de signos verbais), língua (conjunto de todas as regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas que determinam o emprego de sons, das formas e relações sintáticas necessárias para a produção dos significados) e fala (combinatória individual que utiliza elementos discriminados dentro do código) permite Análise Documentária embasamento na distinção entre linguagem natural e linguagem documentária. Na realidade, viabiliza a definição de linguagem documentária enquanto gramática, sintaxe construída a partir de um campo semântico previamente determinado, assim como remete a construção da LD para o conhecimento das línguas efetivado através de enunciados singulares- o discurso.

3.2 Lingüística Textual e Indexação

Tratando-se do processo da indexação e recuperação da informação, o que está mais diretamente ligado a problemas lingüísticos é o da definição do que é o documento: não se vê mais a indexação como um processo mecânico, ou apenas como um ato ou efeito de fazer

índices para livros ou pôr em ordem alfabética, ou outra, qualquer série de palavras ou frases destinadas a auxiliar a localização de informações específicas, mas que deveria levar em consideração quem faria uso do sistema. Assim, na indexação ter cuidado com a escolha de termos que representarão o conteúdo dos documentos e, sobretudo, do que considerar importante no texto, visto que, como se sabe, leitores têm percepções diferentes do que é tratado em um texto importante, afinal o sentido é construído pelo receptor. Um melhor entendimento dos processos subjacentes à compreensão de textos deverá contribuir para se evitar desencontros na indexação e recuperação de documentos. Tomando por base a literatura pertinente ao assunto, o indexador deverá pensar em todos os possíveis termos que poderiam representar determinados termos tratados nos documentos tendo em vista o possível usuário e seguindo regras ditadas pela Lingüística. O usuário, por outro lado, deverá procurar estabelecer relações e tentar imaginar o que poderiam ser termos principais e acessórios do assunto que procura. Foram, portanto, as lacunas das gramáticas de frase no tratamento de alguns fenômenos, como os já apontados, entre outras causas que levaram os lingüistas a desenvolverem uma lingüística textual, cujas tarefas básicas seriam – verificar o que faz com que um texto seja texto, isto é, determinar seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela coerência, as condições em que se manifesta a textualidade, diferenciar as várias espécies de textos.

Resumidamente, podemos assumir o texto como o resultado de operações que controlam e regulam as unidades morfológicas, as sentenças e os sentidos no emprego do sistema lingüístico.

CAPÍTULO IV

BÍBLIA E SEMIÓTICA DA CULTURA HEBRAICA

A Hermenêutica não é apenas a arte ou a ciência da interpretação de qualquer texto, antes de tudo é a ciência que procura também o significado da palavra como evento histórico, social e de vida. O que representa um fóssil para o arqueólogo e paleontólogo, tal é a palavra fossilizada através dos séculos nas escrituras para o intérprete. (Bentho, 2003, p.55)

1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA BÍBLIA

O termo Bíblia tem sua origem no grego "Biblos" e somente foi usado a partir do ano 200 d.C pelos cristãos para designar o "rolo" ou "livro sagrado". "A Bíblia é um livro singular, inspirado por Deus" (SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL-SBB, 2002, P.1). Diversos Escribas, Sacerdotes, Reis, Profetas e Poetas (2º Tm. 3:16; 2º Pe. 1:20,21) a escreveram, num período aproximado de 1.500 anos, totalizando mais de 40 pessoas. Estes textos foram copiados e recopiados de geração para geração em diversos idiomas, partindo dos originais hebraico, aramaico e grego, até chegar a nós.

Verificou-se através do método de análise textual, que 99% dos textos mantêm-se fiel aos originais, levando em consideração os milhares de anos entre a escrita e nossos dias. As partes mais antigas das Escrituras encontradas são um pergaminho de Isaías em hebraico do segundo século a.C, descoberto em 1947 nas cavernas do Mar Morto e um pequeno papiro contendo parte do Livro de João 18.31-33,37,38 datados do segundo século d.C. Até a invenção da gráfica por Gutenberg, a Bíblia era um livro extremamente raro e caro, pois eram todos feitos artesanalmente (manuscritos) e poucos tinham acesso às Escrituras.

A Bíblia é composta de 66 livros, 1.189 capítulos, 31.173 versículos, mais de 773.000 palavras e aproximadamente 3.600.000 letras. De acordo com a Sociedade Bíblica Brasileira-SBB, gasta-se em média 50 horas (38 no antigo e 12 no novo testamento) para lê-la ininterruptamente, também pode ser lida em um ano seguindo o método de leitura de 3,5 capítulos diariamente ou 23 por semana ou ainda, 100 por mês em média.

Encontra-se traduzida em mais de 1000 línguas e dialetos, o equivalente a 50% das línguas faladas no mundo. Há uma estimativa que já foi comercializado no planeta milhões de exemplares entre a versão integral e o NT. Mais de 500 milhões de livros isolados já foram comercializados. Estudiosos de estatística bíblica afirmam ainda que a cada minuto 50 Bíblias são vendidas, perfazendo um total diário de aproximadamente 72 mil exemplares.

O povo de língua portuguesa só começou a ter acesso à Bíblia de uma forma mais econômica a partir do ano de 1748 d.C, quando foi impressa a primeira Bíblia em português, uma tradução feita a partir da "Vulgata Latina".

1.1 A Formação do Cânon

A questão de quais livros pertencem à Bíblia é chamada questão canônica. A palavra *cânon* significa régua, vara de medir, regra, e, em relação à Bíblia, refere-se à coleção de livros que passaram pelo teste de autenticidade e autoridade; significa ainda que esses livros são regra de vida.

O cânon da Escritura estava-se formando, é claro, à medida que cada livro era escrito, e completou-se quando o último livro foi terminado. Quando falamos da "formação" do cânon estamos realmente falando do reconhecimento dos livros canônicos pela Igreja. Esse processo levou algum tempo. Alguns afirmam que todos os livros do AT já haviam sido colecionados e reconhecidos por Esdras, no quinto século a.C Referências nos escritos de Flávio Josefo (95 d.C) e em Esdras (100 d.C) indicam a extensão do cânon do AT como os 39 livros que hoje aceitamos. A discussão do chamado Sínodo de Jamnia (70-100 d.C) parece ter partido deste cânon.

Os manuscritos originais do AT e suas primeiras cópias foram escritos em pergaminhos ou papiro, desde o tempo de Moisés (c. 1450 a.C) até o tempo de Malaquias (400 a.C). Antes da sensacional descoberta dos Rolos do Mar Morto em 1947, não possuíamos cópias do AT anteriores a 895 d.C. A razão de isto acontecer era a veneração quase supersticiosa que os judeus tinham pelo texto e que os levava a enterrar as cópias, à medida que ficavam gastas demais para uso regular. Na verdade, os massoretas (tradicionalistas), que acrescentaram os acentos e transcreveram a vocalização entre 600 e 950 d.C, padronizando em geral o texto do AT, engendraram maneiras sutis de preservar a exatidão das cópias que faziam. Verificavam cada cópia cuidadosamente, contando a letra média de cada página, livro e divisão. Quando os Rolos do Mar Morto ou Manuscrito do Mar Morto foram descobertos, trouxeram a lume um texto hebraico datado do segundo século a.C de todos os livros do AT à exceção de Ester. Essa descoberta foi extremamente importante, pois forneceu um instrumento

muito mais antigo para verificarmos a exatidão do texto massorético, que se provou extremamente exato.

Outros instrumentos antigos de verificação do texto hebraico incluem a Septuaginta (tradução grega preparada em meados do terceiro século a.C), os targuns aramaicos (paráfrases e citações do AT), citações em autores cristãos da antiguidade, a tradução latina de Jerônimo (a Vulgata, c. 400 d.C), feita diretamente do texto hebraico corrente em sua época. Todas essas fontes nos oferecem dados que asseguram um texto extremamente exato do AT. Mais de 5.000 manuscritos do NT existem ainda hoje, o que o torna mais bem documentado dos escritos antigos. O contraste é surpreendente.

Além de existirem muitas cópias do NT, muitas delas pertencem a uma data bem próxima à dos originais. Há aproximadamente setenta e cinco fragmentos de papiro datados de 135 d.C até o oitavo século, possuindo partes de 25 dos 27 livros, num total de 40% do texto. As muitas centenas de cópias feitas em pergaminho incluem o grande Códice Sinaítico (quarto século), o Códice Vaticano (também quarto século) e o Códice Alexandrino (quinto século). Além disso, há cerca de 2.000 lecionários (livretos de uso litúrgico que contêm porções das Escrituras), mais de 86.000 citações do NT nos escritos dos Pais da Igreja, antigas traduções latinas, siríaca e egípcia, datadas do terceiro século, e a versão latina de Jerônimo. Todos esses dados, mais o trabalho feito pelos estudiosos da paleografia, arqueologia e crítica textual, nos asseguram possuírmos um texto exato e fidedigno no Novo Testamento.

1.2 Taxonomia Bíblica

Os livros da Bíblia nem sempre são classificados na mesma ordem. Ainda hoje aparecem dispostos de maneiras distintas, seguindo para isso os critérios sustentados a esse respeito por diferentes tradições. São encontradas classificações pela ordem cronológica testamentária, pela data (em que cada livro foi escrito), por ordem alfabética, e pela língua. No entanto a classificação mais utilizada, sobretudo nos países latinos, é a testamentária por gênero literário, como segue no modelo de João Ferreira de Almeida:

A) Antigo Testamento

a) Literatura histórico narrativa:

Lei (Torah): Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio;

Históricos: Josué, Juízes, Rute, 1 e 2 Samuel, 1e 2 Reis, 1e 2 Crônicas, Esdras, Neemias e Ester.

b) Literatura poética e Sapiencial:

Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes e Cantares (ou Cântico dos Cânticos).

c) Literatura profética:

Profetas maiores: Isaías, Jeremias, Lamentações, Ezequiel e Daniel.

Profetas menores: Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias.

A) Novo Testamento

a) Literatura histórico narrativa:

Evangelhos: Mateus, Marcos, Lucas e João.

Documentário: Atos dos Apóstolos

b) Literatura epistolar:

Epístolas paulinas: Romanos, Gálatas, Efésios, Filipenses e Colossenses, 1 e 2 Tessalonicenses, 1 e 2 Timóteo, Tito e Filemom.

Epístola aos Hebreus: Hebreus.

Epístolas universais: Tiago, 1 e 2 Pedro, 1,2 e 3 João e Judas.

c) Literatura apocalíptica:

Apocalipse (ou revelação) de João

A Bíblia em sua forma original é desprovida das divisões de capítulos e versículos. Para facilitar sua leitura e localização de "citações" o Professor Stephen Langton, no ano de 1227 d.C a dividiu em capítulos. Até o ano de 1551 d.C não existia a divisão denominada

versículo, Robert Stephanus chegou a conclusão da necessidade de uma subdivisão e agrupou os texto em versículos.

1.3 Escrita semítica e Linguagens Bíblicas

As línguas semíticas constituem um ramo da grande família das línguas afro-asiáticas, anteriormente chamada camito-semítica. A família afro-asiática compreende seis ramos: semítico, egípcio, berbere, cuxita, homótico e chádico. A família das línguas semíticas é bem antiga, documentada desde a metade do terceiro milênio a.C. com o acádico e o eblaíta, até os dias atuais com o árabe, o amárico e o hebraico.

Algumas características das línguas semíticas são: (1) Segundo a sua estrutura gramatical: grande número de guturais muito especiais, mormente na vocalização, raízes ternárias, verbos com apenas dois tempos, dois gêneros, casos oblíquos, pronomes possessivos e objeto pronominal do verbo são anexados como sufixos, ausência de nomes e verbos compostos, pequeno número de partículas e predominância da coordenação sobre a subordinação; (2) Quanto ao vocabulário semítico: quase nenhum contato com o indo-europeu, semelhanças apenas em palavras onomatopaicas e poucos empréstimos de um grupo lingüístico para o outro; (3) Segundo a sua forma escrita: consonantal, ou seja sem presença de vogais, modo de escrita da direita para a esquerda, havendo somente três exceções, o sabeu, o etíope e o cuneiforme.

1.3.1 O Hebraico

Para nossa surpresa, o termo "hebraico", para se referir à língua, aparece pela primeira vez só nos escritos gramaticais de *Saadia ben Iossef*, conhecido também como *Saadia Gaon* (882–942 d.C.), tendo, só mais tarde ainda, se tornado comum nos estudos gramaticais da língua. *Saadia Gaon*, que nasceu no Egito e morreu na Palestina, foi o mais versátil sábio judeu da diáspora árabe, com erudição enciclopédica e vasta cultura. *Saadia* dirigiu a grande *Yeshivá* (=academia rabínica) de Sura, na Babilônia.

Talvez a primeira referência bíblica à língua falada em Israel seja a que aparece em Isaías 19:18, um texto pós-exílico muito posterior ao profeta do século VIII a.C., que a chama

de "língua de Canaã" (*sephath kena'an*) de modo, aliás, muito apropriado, por ser o hebraico a forma mais desenvolvida do "cananeu".

Em outros textos bíblicos, como 2 Reis 18:26.28 = Isaías 26:13 = 2 Crônicas 32:18, Isaías 36:11 ou Neemias 13:24, fala-se em "judaico" (*yehûdîth*) ou "língua dos judeus" (*yehûdîth vekhilshôn*) para contrastá-la com o aramaico. Em 2 Reis 18:26 lê-se o seguinte: "Eliacim, Sobna e Joaé disseram ao copeiro-mor: 'Peço-te que fales a teus servos em aramaico, pois nós o entendemos; não nos fales em judaico, aos ouvidos do povo que está sobre as muralhas'". Na antiguidade falava-se também de "língua sagrada" para se referir ao conjunto dos textos bíblicos ou de "língua dos sábios" para falar da tradição oral rabínica ou do hebraico *mishnáico* e *tanaítico*.

De acordo com Silva (2005, p.2) quando o termo "hebreu" (*ʾġhrî*) aparece na Bíblia, como em Gênesis. 39:14;41:12, Êxodo 2:11 e Jonas. 1:9, não é a língua que ele se refere, mas a uma etnia. No Talmude quando o termo aparece em referência à língua é ou a um dialeto do aramaico ou a outra língua falada por judeus. Mas no Talmude se fala de "escrita hebraica" em oposição à "escrita assíria".

O hebraico como língua viva, no sentido de língua falada por uma comunidade como sua língua-mãe, desapareceu por volta de 200 d.C., após a revolta de *Bar Kokba* e sua derrota frente aos romanos, quando a população da Judéia foi exterminada ou fugiu para a Galiléia. Mas o hebraico continuou a existir na intensa atividade literária das comunidades judaicas da diáspora e também como língua franca (= língua não vernácula, mas que serve de veículo para relações econômicas, e outras) ao longo de toda a Antiguidade e da Idade Média, revivendo como língua-mãe do povo judeu no final do século XIX e tornando-se, no século XX, novamente, a língua oficial de Israel.

O Alfabeto (*Alefbets*) que é usado possui 22 letras, todas consoantes, sem qualquer sinal de vocalização, pois os sons vocálicos eram supridos pelo leitor durante a leitura, o que dava origem a constantes enganos, porque haviam palavras com as mesmas consoantes, mas, com acepções diferentes. Quer dizer que a pronúncia exata dependia da habilidade do leitor, levando em conta o contexto e a tradição. É por causa disto que perdeu-se a pronúncia de

muitas palavras Bíblicas. Mais tarde, após o século VII, um sistema de sinais foi inventado com pequenos símbolos, para indicar as vogais corretas. Esses pontos são colocados em cima, em baixo ou dentro das consoantes, perpetuando-se assim a pronúncia tradicional da palavra. A esse sistema chama-se "Massorético", que deriva da palavra "massoretas", derivada de "massorah", que quer dizer tradição. *Massoretas* são *Yaohudim* habitantes de tiberíades que no século VI fixaram a pronúncia já tradicional do hebraico. Qualquer texto bíblico posterior ao século VII é chamado "Massorético", porque contém os sinais vocálicos.

1.3.2 O Aramaico

Era a língua falada pelos povos ao Norte e Nordeste de Canaã, da Síria até o Alto Eufrates. O aramaico é um idioma semítico falado desde 2000 a.C em Arã e Síria. A influência do aramaico foi profunda sobre o hebraico, começando no cativeiro do reino de *Yaoshoru* (Israel) em 722 a.C, na Assíria e continuando através do cativeiro do reino de Judá em 587 a.C, na Babilônia. No ano 536 a.C, quando o povo de Israel começou a regressar do exílio, falava o aramaico como língua vernácula. E é por essa razão que no tempo de Esdras, para que as escrituras ao serem lidas em hebraico fossem compreendidas necessitaria que o seu significado fosse explicado.

Nos tempos do Messias *Yaohushua* (Jesus), o aramaico tornou-se a língua popular dos hebreus e nações vizinhas; estas foram influenciadas pelo aramaico devido às transações comerciais dos arameus na Ásia Menor e Litoral do Mediterrâneo. Em 1000 a.C o aramaico já era a língua internacional do comércio nas regiões situadas ao longo das rotas comerciais do Oriente. O aramaico é também chamado de "Siríaco" (Daniel. 2:4 ; Esdras 4:7) e também "Caldaico" (Daniel. 1:4).

O aramaico tinha também o mesmo alfabeto que o hebraico, apenas diferia nos sons estruturais de certas partes gramaticais. Como o aramaico não tinha vogais, era muito parecido com o hebraico.

1.3.3 O Grego

Quando Alexandre o Grande dominou o mundo com o Império Grego-Macedônio, levou o "Koine" (comum), que era o idioma falado pelo povo do seu império. Sendo esse idioma de clareza, qualidade definida, facilidade de expressão e de comunicação.

O Grego faz parte do grupo das línguas Arianas. Vem da fusão dos dialetos Dóricos e Áticos. Os Dóricos e os Áticos foram duas das principais tribos que povoaram a Grécia. Das linguagens bíblicas, o grego é o mais focalizado entre os povos atuais de línguas greco-latinas, devido à semelhança. O grego do Novo Testamento não é o grego clássico dos filósofos, mas o dialeto popular do homem de rua, comum, estudante, que todos podiam entender, denominado Koine. Esse dialeto formou-se a partir das conquistas de Alexandre em 336 a.C. A Grécia tornou-se império cultural mundial, e toda a terra conhecida recebeu a influência da língua grega. O alfabeto grego tem 24 letras, sendo a primeira o alfa e a última, o ômega.

É importante notar que os três idiomas da Bíblia ainda são falados hoje. O hebraico é a língua oficial da Nação de Israel, o aramaico é a língua dos cristãos assírios na Pérsia e no Iraque, o grego, naturalmente é a língua da Grécia. Embora com o passar dos tempos, esses idiomas tenham sofrido algumas modificações, têm pouca diferença, e as suas bases são as mesmas.

1.4 Inspiração e Revelação

A palavra inspiração deriva de *in spiro*, que significa soprar para dentro, insuflar, aplicando-se na escritura não só a Deus, como autor da inteligência do homem (Jó 32.8), mas também à própria Escritura, como "inspirada por Deus" (2 Timóteo 3:16). Nesta última passagem claramente se acha designada uma certa ação de Deus, com o fim de transmitir ao homem os Seus pensamentos. Ainda que se fale primeiramente de inspiração no AT, pode o termo aplicar-se com propriedade ao NT, como sendo este livro considerado também como escritura. A palavra, significando "sopro de Deus", indica aquela primária e fundamental qualidade que dá à escritura o seu caráter de autoridade sobre a vida espiritual, e torna as suas lições proveitosas nos vários aspectos da necessidade humana.

Os profetas do AT afirmam falar segundo a mensagem que Deus lhes deu. O NT requer para o AT esta qualidade de autoridade divina. De harmonia com isto, fala-se em toda parte da escritura, como sendo a "Palavra de Deus". Tais designações como "as Escrituras" e "os oráculos de Deus" (Romanos 3:2) havendo também frases como "está escrito" claramente mostram a sua proveniência divina. Além disso, são atribuídas as palavras da Escritura a Deus como seu Autor (Mateus 1:22; Atos 13:34), ou ao Espírito Santo (Atos 1:16; Hebreus 3:7); e a respeito dos escritores se diz que eles falavam pelo Espírito Santo (Mateus 2:15). E deste modo as próprias palavras da Escritura são consideradas de autoridade divina (João 10:34,35; Gálatas 3:16), e as suas doutrinas são designadas para a direção espiritual e temporal da humanidade em todos os tempos (Romanos 15:4; 2 Timóteo 3:16). O apóstolo Paulo reclama para as suas palavras uma autoridade igual à do AT como vindas de Deus, e semelhante, coloca a sua mensagem ao nível das mais antigas Escrituras. A garantia de ter esta doutrina das Sagradas Escrituras autoridade divina está no ensinamento a respeito do Espírito Santo, que foi prometido aos discípulos de Cristo como seu mestre e guia (João 14:26; 16:13). Benthó (2003, p.12) defende que "é melhor usar o termo "revelação" quando se tratar, propriamente, da matéria da mensagem, e a palavra "inspiração" quando quisermos falar do método pelo qual foi revelada a mensagem".

Por inspiração das escrituras compreendemos a comunicação da verdade divina, que de certo modo é única em grau e qualidade. É claro o fato de uma única inspiração das Escrituras. Mas até onde se estende esta inspiração? Revelação é a manifestação dos pensamentos de Deus para a direção da vida do homem. Se a vontade divina tem de ser conhecida, e transmitida às gerações, deve ser corporificada em palavras; e para se estar certo dos pensamentos, é preciso que estejamos certos das palavras. A inspiração deve, portanto, estender-se à linguagem. Em 2 Pedro 1:21, os homens, e em 2 Timóteo 3:16, a Escritura, diz-se serem inspirados por Deus. Na verdade, não poderíamos ficar satisfeitos, considerando inspirados os homens, e não os seus escritos, porque a inspiração pessoal deve, necessariamente, exprimir-se pela escrita, se é certo que tem de perpetuar-se. A vida estende-se por toda parte do corpo, e não podemos realmente fazer distinção entre o espírito e a forma, entre a substância e o molde.

Todavia, a expressão "inspiração verbal" precisa ser cuidadosamente determinada contra qualquer noção errônea. A possibilidade de haver má compreensão faz que muitos cristãos prefiram a frase "inspiração plenária". A inspiração verbal não significa um ditado mecânico, como se os escritores fossem instrumentos meramente passivos: ditar não é inspirar. A inspiração verbal estabelece até que ponto vai a inspiração, estendendo-se tanto à forma como à substância. Diz-nos o "que é", e não "como é", não nos sendo explicado o método da operação do Espírito Santo, mas somente nos é dado conhecer o resultado. Segundo Melo (1989, p. 32)

Deus fez uso das características natural de cada escritor, e por um ato especial do Espírito Santo, habilitou-os a comunicar ao homem, por meio da escrita, a Sua divina vontade. Observa-se esta associação do divino e do humano nas passagens como estas: Mt 1.22; 2.15; At 1.16; 3.18; 4.25. A operação do Espírito Santo junta-se com a atividade mental do escritor, operando por meio dele e guiando-o. Ainda que não saibamos explicar o modo de tal operação, conhecemos os seus resultados.

Certamente esta maneira de ver a respeito da inspiração refere-se somente aos escritos, como eles saíram das mãos dos escritores originais. Os manuscritos originais não foram preservados e por isso precisamos do auxílio de um minucioso criticismo textual de tal maneira que possamos aproximar-nos tanto quanto possível do tempo e das circunstâncias dos autógrafos.

De acordo com Silva (2005 p.4) esta maneira de compreender a inspiração pode ser justificada pelas seguintes considerações:

- a) O uso atual da Bíblia, na vida e obra da Igreja cristã, sendo acentuada a sua autoridade no ensinamento verbal.
- b) Uma ponderada e sábia exegese em todos os tempos mas especialmente em nossos dias.
- c) O recurso à Bíblia em todos os assuntos de controvérsia.
- d) A crença sobre este ponto nos tempos apostólicos e sub-apostólicos.
- e) O uso do AT pelos escritores do NT, notando-se 284 citações, e frases como "está escrito".
- f) Jesus Cristo encontra apoio no NT para suas considerações, como em João 10:30-36.

g) Os profetas e os apóstolos consideravam-se homens inspirados (2 Samuel 23:2; Jeremias 36:4-8; 1Coríntios 2:13; 14:37).

É impossível limitar a inspiração à doutrina, e considerar a história como sujeita a circunstâncias comuns, pois que doutrina e história estão unidas de tal modo que não podem separar-se. A própria revelação de Cristo é a de uma pessoa histórica, sendo inseparável os fatos e as doutrinas que lhe dizem respeito. E diz o NT que a história do AT é inspirada e escrita para instrução da humanidade (Romanos 4:23,24; 15:4; 1Coríntios 10:6,11).

1.5 Traduções Bíblicas

Tradução, do latim *traductione*, é o ato de transpor uma composição literária de uma língua para outra. Através da tradução, as escrituras foram vertidas dos originais Grego, Hebraico e aramaico para as línguas afins. De acordo com Benthó (2003, p.103) existem três tipos de tradução Bíblica: (1) A literal: que procura expressar com toda fidelidade e o máximo de exatidão o sentido das palavras originais do texto. É uma transcrição textual palavra por palavra; (2) A idiomática ou popular: que procura a forma mais natural de expressão do idioma na qual será traduzida. Procura expressar a mensagem em linguagem corrente, em vez da forma das línguas originais, como na tradução literal; (3) A dinâmica: que se esforça para conciliar o sentido literal da língua de origem utilizando-se de uma linguagem simples e assimilável por todos. No entanto ao vasculharmos a literatura que trata do assunto encontramos outros modos de tradução como segue:

A Transliteração

Do latim *trans+ littera*, é o ato de reduzir um sistema de escrita a outro, letra por letra. É a versão das letras de um texto em certa língua para as letras correspondentes de outra língua. Palavras como “batizar” e “anjo” foram transcritas para o português.

As Recensões

Do latim *recensione*, é o ato de comparar o texto de edições anteriores com os manuscritos. Através das recensões são confrontados entre si os diversos manuscritos, códice, versões e citações, agrupando-os de acordo com as suas coincidências e semelhanças em grupos ou

famílias. Assim os estudiosos reconstroem, ao menos em linhas gerais, a história primitiva do texto e as revisões a que ele foi submetido, com o fim de purificá-lo das alterações devidas aos amanuenses (copistas).

As Paráfrases

Do grego *paraphrases* é uma “tradução livre e solta” de um texto, procurando expressar a idéia ou mensagem do texto e não as palavras. “É mais uma interpretação do que mesmo uma tradução literal do texto” (BENTO, 2003, p.104). Segundo este autor um dos problemas da paráfrase é que, às vezes, o tradutor inclui explicações desnecessárias ou informações que não estão implícitas no texto original, o que pode levar a acréscimos, omissões ou até distorções do sentido original.

1.5.1 A Tradução da Septuaginta (LXX)

O Antigo Testamento foi escrito em hebraico, e o Novo Testamento considera-se que tenha sido escrito em grego, embora até hoje não se possa provar a veracidade desta afirmativa, havendo boas razões para se pensar que partes bem maiores dele tenham também sido escritas originalmente em hebraico ou aramaico, além do livro de Mateus.

Uma tradução grega muito importante, do Antigo Testamento, chama-se "Septuaginta". Foi a primeira versão do Antigo Testamento para o grego, no terceiro século. Conta Aristéia, escritor da corte de Ptolomeu Filadelfo que reinou de 285 - 246 a.C, que ele escreveu a seu irmão, monarca Egípcio Filócrates (100 AC), que por proposta de seu bibliotecário Demérito de Falero, solicitou ao sumo-sacerdote judaico Eleazar, que lhe enviasse doutores versados nas Sagradas Escrituras para preparar-lhe uma versão das mesmas em grego. Ele muito ouvira falar das Escrituras, e queria a referida versão para enriquecer sua vasta biblioteca em Alexandria.

O vocábulo "Septuaginta" quer dizer em latim "setenta" e é citado em referência da seguinte maneira: LXX. Essa tradução foi feita na ilha de Faros, no porto de Alexandrino por 72 sábios judeus, sendo 6 de cada tribo em (100 a.C). O trabalho foi realizado em 72 dias. Na

Septuaginta, é registrada a presença de alguns livros apócrifos. Os Judeus, que fizeram a tradução, eram do Egito e foram influenciados pela literatura apócrifa.

1.5.2 Traduções em Português

Os mais antigos registros de tradução de trechos da Bíblia para o português datam do final do século XV. Porém, centenas de anos se passaram até que a primeira versão completa estivesse disponível em três volumes, em 1753. Trata-se da tradução de João Ferreira de Almeida. A primeira impressão da Bíblia completa em português, em um único volume, aconteceu em Londres, em 1819, também na versão de Almeida. A seguir a cronologia das principais traduções da Bíblia completa publicadas na língua portuguesa.

· 1753 -	Publicação da tradução de João Ferreira de Almeida, em três volumes.
· 1790 -	Versão de Figueiredo - elaborada a partir da Vulgata pelo Padre católico Antônio Pereira de Figueiredo, publicada em sete volumes, depois de 18 anos de trabalho.
· 1819 -	Primeira impressão da Bíblia completa em português, em um único volume. Tradução de João Ferreira de Almeida.
· 1898 -	Revisão da versão de João Ferreira de Almeida, que recebeu o nome de Revista e Corrigida. A tradução de Almeida foi trazida para o Brasil pela Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, em data anterior à fundação da SBB. Naquela época, a tradução de Almeida foi entregue a uma comissão de tradutores brasileiros, que foram incumbidos de tirar os lusitanismos do texto, dando a ele uma feição mais brasileira.
· 1917 -	Versão Brasileira. Elaborada a partir dos originais, foi produzida durante 15 anos por uma comissão de especialistas e sob a consultoria de alguns ilustres brasileiros. Entre eles: Rui Barbosa, José Veríssimo e Heráclito Graça.
· 1932 -	Versão de Matos Soares, elaborada em Portugal.
· 1956 -	Versão Revista e Atualizada, elaborada pela Sociedade Bíblica do Brasil. Quando em 1948, a SBB foi fundada, uma nova revisão de Almeida, independente da Revista e Corrigida, foi encomendada a outra equipe de tradutores brasileiros. O resultado desse novo trabalho, publicado em 1956, é o que hoje conhecemos como a versão Revista e Atualizada.
· 1959 -	Versão dos Monges Beneditinos. Elaborada a partir dos originais para o francês, na Bélgica, e traduzida do francês para o português.

· 1968 -	Versão dos Padres Capuchinhos. Elaborada no Brasil, a partir dos originais, para o português.
· 1988 -	Bíblia na Linguagem de Hoje. Elaborada no Brasil, pela Comissão de Tradução da SBB, a partir dos originais.
· 1993 -	2a Edição da versão Revista e Atualizada, de Almeida, elaborada pela SBB.
· 1995 -	2a Edição da versão Revista e Corrigida, de Almeida, elaborada pela SBB.
· 2000 -	Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Elaborada pela Comissão de Tradução da SBB

Fonte: site da SBB – Sociedade Bíblica Brasileira

2 SEMIÓTICA DA CULTURA HEBRAICA OU HEBRAÍSMOS

A semiótica da cultura é uma disciplina relativamente nova, sua idealização

foi dada pela necessidade de entender a comunicação como sistema semiótico e a cultura como um conjunto unificado de sistemas, ou melhor, como um grande texto. Para isso, os semioticistas reelaboraram o conceito de língua, sem o qual seria impossível estender a noção de linguagem a uma diversidade de sistemas como mito, religião, literatura, teatro, artes, arquitetura, música, cinema, moda, ritos, comportamentos, enfim, os códigos e sistemas semióticos da cultura. (AMENA, 2002, p. 1)

Esta necessidade também foi sentida no âmbito dos estudos da hermenêutica bíblica e pode ser claramente percebida na declaração de Benthó (2003, p. 210)

Um dos percalços extremamente sérios com que se tem defrontado a hermenêutica bíblica, desde a antiguidade, é o fato da variabilidade da língua e da cultura hebraica. Sua formação, composição gramatical e histórico-cultural cobrem períodos abissais que, não raras vezes, só é possível uma correta interpretação, através do estudo apurado da cultura e sincrônico da linguagem.

A passagem citada deixa claro que para que haja uma compreensão adequada das escrituras, é necessário uma compenetração e empatia com a cultura hebraica. Os hagiógrafos deixaram registrado nas escrituras os matizes culturais e formas próprias de expressão semita que nos causam estranheza à primeira vista. São frases recheadas de figuras selváticas e campestres, todas retiradas da observação do ambiente que cercava os escritores sacros.

Se na cultura ocidental, alguém chamar a outro de jumento ou de gazela certamente lhe ofenderá a gosto estético, e por vezes a sua moral, o mesmo não acontecia na cultura hebraica. Issacar foi chamado de Jumento de fortes ossos, um grande elogio que significava homem valente e de grande força.; Naftali, foi comparado a uma gazela solta; Benjamim, libo que despedaça; Dã, serpente junto ao caminho, sem que eles se sentissem ofendidos , pelo contrário lisonjeados, pela metáfora (Gênesis 49).

Com vista nesta realidade, Costa (2003, p.210) afirma que “pouco adianta ao interprete o conhecimento da filologia sacra, se não for acompanhado de compenetração com o gênero característico da cultura hebraica”. O conhecimento filológico e sintático é extremamente essencial, mesmo assim, a interpretação pode continuar cálida, estática, sem qualquer dinamismo. “O que cria mobilização na interpretação do texto é justamente essa congenialidade com a cultura e a dicção semita” (COSTA, 2003, p. 211). Daí a necessidade de se estudar sincronicamente as escrituras, isto é, mergulhar no ambiente histórico cultural do hagiógrafo, não desprezando, é claro, a análise sintática da análise cultural.

Os hebraísmos surgem neste contexto como sendo

determinadas expressões semióticas e idiomáticas encontradas nas escrituras, que registram a forma de comunicação específica dos judeus. São termos que revelam fatos e ações dotados de forte significado para o povo hebreu. Quando estudamos os hebraísmos, estamos analisando as escrituras sincronicamente (Bentho, 2003, p.301).

Geralmente as estruturas lingüísticas chamadas de hebraísmos são aplicadas a um comportamento social, que por suas características culturais não são perceptíveis ao leitor nos dias atuais. Corroborando Charlier (2003, p.12) defende que

o conhecimento das línguas originais se torna inútil, se não é vivificado por uma comunhão simpática e intuitiva com o gênio próprio da civilização a qual pertencia o escritor . É preciso aprender a ler entre as linhas e procurar penetrar aos poucos no ambiente de vida em que se movia o autor sagrado, ambiente que transparece no texto bíblico.

Alguns estudiosos relatam que as atuais traduções vernáculas preocupam-se em não expressar alguns idiomatismos da língua hebraica, tal qual se encontram nos originais, pois

apresentaria grande dificuldade de interpretação, embora ainda conste inúmeros deles na maioria das bíblias, que, por vezes, trai o leitor desatento. Outro nome dado aos Hebraísmos é semitismos. Basicamente existem quatro tipos deles: os hebraísmos de posse e poder, os de felicidade e suficiência, os de contraste ou antítese e os de poder e força.

2.1 Símbolos e Tipos

Símbolos e tipos, no contexto dos estudos teológicos, fazem parte do mesmo tipo de hebraísmos. O símbolo é uma figura, objeto, número ou emblema, cuja imagem representa, de modo sensível, uma verdade moral ou religiosa. Através do símbolo, uma certa coisa, objeto ou verdade é substituído por um sinal. “No símbolo um conceito abstrato recebe uma correspondência material e concreta pela relação existente entre o conceito e o objeto ou símbolo por ele representado. Assim o cajado do pastor, um bastão encurvado são símbolos que representam senhorio, poder e domínio” (COSTA, 2003, p.218).

Os simbolismos usados pelos escritores sagrados eram recursos literários. As realidades sobrenaturais da religião judaica eram expressas através de comparações com objetos concretos. Os judeus também costumavam usar símbolos para designar as ações e o caráter do ser humano.

2.3 Figuras de linguagens

Figuras de linguagem ou de retórica são recursos lingüísticos empregados pelo literato para expressar de modo concreto suas idéias, evocando algum tipo de imagem real, comparação, ou de correspondência entre as palavras e o pensamento. “No contexto bíblico podem ser compreendidas como figuras semióticas da linguagem” (Bentho, 2003, p. 307).

De acordo com o diagrama de Bentho (2003, p. 308) as figuras de linguagem mais freqüentes na bíblia sagrada podem ser classificadas da seguinte forma:

- a) Figuras de comparação: símiles e metáforas;
- b) Figuras de dicção: pleonasmos e hipérboles;

- c) Figuras de relação: sinédoque e metonímia;
- d) Figuras de contraste: parábola, ironia, litore e eufemismo;
- e) Figuras de índole pessoal: prosopopéia e apóstrofe;
- f) Figuras compostas: alegoria, fábula e enigma.

Torna-se necessário ressaltar que as figuras de linguagem não se limitam apenas a estas do diagrama, mas existem ainda as sinestesias, as catecreses, as episeuxes, as diácopoles, as epínomones e muitas outras.

O estudo da aplicação destas figuras na narrativa bíblica, assim como dos símbolos e tipos, é de fundamental importância para que haja uma compreensão do sentido real da mensagem bíblica. Desta compreensão trata a exegese e a hermenêutica, chamadas de ciências bíblicas da compreensão e interpretação.

3 PRINCÍPIOS DE COMPREENÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Toda compreensão é apreensão de um sentido. Os eventos da natureza devem ser explicados, mas a história, ou seja, os eventos históricos, os valores e a cultura devem ser compreendidos. Sentido é o que se apresenta à compreensão como conteúdo. Só podemos determinar a compreensão pelo sentido e o sentido apenas pela compreensão. Heidegger (apud SILVA, 2001 p.87) em sua análise da compreensão diz que “toda compreensão apresenta uma estrutura circular e toda interpretação, para produzir compreensão, deve já ter compreendido o que vai interpretar”.

Segundo Virkler (2001, p.55) a complexa técnica de interpretação bíblica e sua aplicação divide-se em seis passos. São eles:

1. *Análise histórico-cultural* que considera o ambiente histórico- cultural do autor, a fim de entender suas alusões, referências e propósito. A análise contextual considera a relação de uma passagem com o corpo todo do escrito de um autor, para melhores resultados de compreensão provenientes de um conhecimento do pensamento geral;

2. *A análise léxico-sintática* revela a compreensão das definições de palavras (lexicologia) e sua relação umas com as outras (sintaxe) a fim de se compreender com maior exatidão o significado que o autor tencionava transmitir;

3. *A análise teológica* estuda o nível de compreensão teológica na época da revelação afim de averiguar o significado do texto para seus primitivos destinatários. Assim sendo, ela leva em conta textos bíblicos relacionados, quer dados antes, quer depois da passagem em estudo;

4. *A análise literária* identifica a forma ou método literário usado em determinada passagem com vistas às várias formas como história, narrativa, cartas, exposição doutrinal, poesia e apocalipse. Cada uma tem seus métodos únicos de expressão e interpretação;

5. *A comparação* com outros interpretes coteja a tentativa de interpretação derivada dos quatro passos acima com o trabalho de outros intérpretes;

6. *A aplicação* é o importante passo que traduz o significado de um texto bíblico para os seus primeiros ouvintes com o mesmo significado que ele tem para os crentes em época e culturas diferentes. Em alguns casos a transmissão se realiza com razoável facilidade; em outros. Como as ordens bíblicas, obviamente influenciadas por fatores culturais (e.g., saudar com ósculo santo), a tradução através de culturas se torna mais complexa.

Neste processo de seis passos, os de um a três pertencem à hermenêutica geral. O quarto passo constitui hermenêutica especial. O sexto- transmissão e aplicação da mensagem bíblica de determinada época e cultura a outra- geralmente não é considerado parte integrante da hermenêutica per si, mas está incluído no texto por causa de sua óbvia aplicação ao crente do século XX, tão distanciado, no tempo e na cultura, dos primeiros destinatários da mensagem original.

3.1 Exegese

A palavra exegese, do grego *eksegesis*, pode significar, segundo o seu contexto, narrativa, explicação, esclarecimento ou interpretação. O termo é formado pela aposição do final 'sis' que expressa ação e o tema verbal composto '*ek+hegeomai*' que significa tirar, extrair, conduzir para fora. É, portanto, a extração dos pensamentos que assistiam ao escritor ao redigir determinado documento. A exegese bíblica consiste em extrair o significado de um texto bíblico qualquer, mediante legítimos métodos de interpretação, sendo a hermenêutica o principal destes métodos. É, portanto a ciência da interpretação bíblica.

3.2 Hermenêutica

O termo hermenêutica provém do verbo grego *herméneuein* e significa declarar, anunciar, interpretar ou esclarecer e, por último, traduzir. Significa que alguma coisa é "tornada compreensível" ou "levada à compreensão". Não há certeza filológica, mas só probabilidade de que o termo derive de *Hermes*, o mensageiro dos deuses gregos, a quem se atribui à origem da linguagem e da escrita. Encontra-se desde o séc. XVII e XVIII no sentido de uma interpretação correta e objetiva da Escritura.

A hermenêutica Bíblica é a disciplina da Teologia Exegética que ensina as regras para interpretar as Escrituras e a maneira de aplicá-las corretamente. Seu objetivo primário é estabelecer regras gerais e específicas de interpretação, a fim de entender o verdadeiro sentido do autor ao redigir as Escrituras. É a ciência da compreensão de textos bíblicos, assim considerada porque "possui um objetivo claro e regras que podem ser classificadas num sistema lógico" (Virkler 2001, p.9).

Bentho (2003, p.56) defende a Hermenêutica Bíblica como sendo uma ciência:

Objetiva, pois está fundamentada em fatos concretos, Racional, pois é construída de conceitos, juízos e raciocínios, e não por sensações e emoções. Analítica, pois em virtude de abordar um fato, processo, ou situação de interpretação, ela decompõe o todo em partes componentes e relacionadas entre si. Explicativa, em virtude de ter

como finalidade explicar os fatos em termos de leis, e as leis em termos de princípios.

De acordo com Silva (2001 p.102) as seis principais leis da Hermenêutica são:

1. *Lei do Contexto*

A parte que vem antes ou depois do texto. Diz que não se deve interpretar um texto sem o auxílio do contexto, para não se fazer um pretexto. (Lucas 19:28-44; Atos 8:30-31; Isaías 53:7).

2. *Lei do Texto Paralelo*

Um texto deve ser auxiliado na sua interpretação utilizando o mesmo assunto que ocorre em outras partes das Escrituras Sagradas. (João 19:18; Marcos 15:27; Mateus 27:38; Lucas 23:39-43).

3. *Lei da Autoria do Texto*

Os diferentes autores da Bíblia viveram em tempos, culturas, situações sociais e regiões diferentes. Portanto, a forma de apresentação de um determinado texto para um povo que vivia situações diferentes deve ser comparada com outros em tempo ou forma remota. (Ef 5:22-27; 1 Pedro 2:5-10; Cantares 8:5-10).

4. *Lei da Interpretação do Texto*

A interpretação do texto é aquilo que a passagem quer dizer no tempo, no espaço e nas circunstâncias que foram escritas. O literalismo busca o que o texto quer dizer (João 21:6); o simbolismo busca o que a figura quer dizer (Apocalipse 3:20).

5. *Lei da Aplicação do Texto*

Um mesmo texto pode ser aplicado a pessoas ou clãs vivendo épocas ou situações geográficas diferentes. (Mateus 13:24-30).

6. *Lei da Implicação do Texto*

Num sentido filosófico, pode se dizer que uma pessoa geme porque está doente. Ai está a lei da implicação – a manifestação patente do latente. Se uma pessoa tem seu rosto plácido é porque o coração está alegre. Como o batismo no Espírito Santo biblicamente é evidenciado pelo crente falar em outras línguas, assim só se pode profetizar os que receberam, de igual forma, a virtude desse Espírito. (Mateus 13:25; Apocalipse 3:18-20).

3.3 Correlação entre Hermenêutica e Exegese

A Hermenêutica precede a Exegese. Esta, por sua vez, se vale dos princípios, regras e métodos hermenêuticos em sus conclusões e investigações. O sentido literal do termo confunde-se com o vocábulo hermenêutica, de sorte que, às vezes, se usa os dois termos simultaneamente. Exegese é a aplicação dos princípios hermenêuticos para chegar a um entendimento correto sobre o texto. É o estudo do sentido literal do texto. Refere-se à idéia de que o intérprete está derivando seu entendimento do texto, em vez de incutir no texto o seu entendimento. Enquanto a hermenêutica é a teoria da interpretação, a exegese é a prática. Teologicamente, a exegese é o sub domínio da teologia que estuda a interpretação, utilizando-se de modos formais de explicação, que podem ser aplicados a alguma passagem das escrituras a fim de compreender o seu sentido. Já a Eisegese, consiste em manipular o texto para dizer o que ele não diz.

CAPÍTULO V

MICROTESAURO DE TERMINOLOGIAS BÍBLICAS DO ANTIGO TESTAMENTO: PENTATEUCO

Um dos percalços extremamente sérios com que se tem defrontado a Hermenêutica Bíblica, desde a antiguidade é o fato da variabilidade da língua e da cultura hebraica. Sua formação, composição gramatical e histórico cultural cobrem períodos abissais que, não raras vezes, só é possível uma correta interpretação, através do estudo sincrônico da linguagem. (Bentho, 2003, p. 209)

A formação filosófica de conceitos, na era das ciências particulares, não só deverá basear-se na abstração metódica realizada pelo "entendimento", mas também na superação das abstrações do entendimento. (Carvalho, 2005)

1 APRESENTAÇÃO DO MICROTESAURO

O presente trabalho foi desenvolvido na área da Teologia Bíblica, e, haja vista que trata-se de um universo complexo de mais de um milhão de termos culturais escritos, originalmente, em dois idiomas primários (Aramaico e Hebraico Clássico com variações de outros idiomas semíticos), e posteriormente em um terceiro idioma (o Grego), elegemos o Pentateuco (Torah, ou livro da lei, primeiros cinco livros da Bíblia) como fonte terminológica para a construção deste Microtesauro.

Objetiva-se com este feito dar início ao processo de criação de Tesouros no campo da Teologia com o intuito de suprir a carência deste recurso que constitui uma importante ferramenta no campo da Indexação Documentária e da Recuperação da Informação.

A metodologia adotada na construção deste foi a Socioterminologia que, segundo Faulstich (1995, p.3), consiste no método que “se ocupa dos termos pertencentes a uma determinada cultura inserida em um contexto antropológico e social”. Apoiado nos pilares basilares da Semiótica da linguagem e da cultura hebraica desenvolveu-se uma pesquisa de caráter exploratório caracterizada por uma análise do conteúdo de uma pequena amostragem do texto bíblico: o Pentateuco. Visto que, apesar da delimitação, esta coletânea de cinco livros apresenta uma extensa e variada lista de termos significativos, procuramos, então, fazer um refinamento terminológico extraíndo os termos mais relevantes que representam alguns costumes ritualísticos e acontecimentos da história de Israel, ficando de fora desta seleção nomes próprios (de pessoas) e lugares geográficos (exceto Israel e Sinai), os termos complexos que exigem uma hermenêutica mais apurada e os demais termos secundários.

Como forma de apresentação escolhemos o modelo alfabético, com notas explicativas e exposições em forma de lista das relações entre os termos. No que concerne à estrutura hierárquica terminológica corroboramos com Austin (1993, p.60) ao seguirmos a seguinte constituição:

NE: Notas explicativas ou definição;
UP: Termos equivalentes não preferidos;
USE: Termos equivalentes preferidos;
TGM: Termos genéricos maiores, se necessário;
TG: Termos genéricos;
TE: Termos específicos;
TR: Termos relacionados.

1.1 Corpus do Microtesauro

A

ABENÇOAR/ bārak (hebraico)

NE: A raiz desta palavra é encontrada, além do hebraico, em outros idiomas semíticos. Significa desejar ou determinar o bem. Na Bíblia corresponde a ação pela qual Deus concede o seu bem ou dá a sua graça à natureza (Gn. 2:3) às famílias (Gn. 12:2, 3), no sentido da formação de todas as nações da terra (Gn.18:18;22:18;26:4;28:14, ver também Sl. 33:12 e Jr 4:2) e as pessoas (Gn.24:1). É utilizado, ainda, como forma de louvor e exaltação a Deus (Gn. 9:26; 14:20, ver também 1Sm. 15:13: Rt. 2:4)

TG: Benção

TE: Benção da criação
Benção missionária
Benção patriarcal

TR: Bendizer
Bendito
Exaltado
Bem
Graça
Louvor
Proteção
Saudação
Reverência

ACONSELHAR/ yā'as (hebraico)

TR: Aconselhar
Advertir
Avisar
Consultar
Exortar

ADORAR/ sâhâh

NE: Ato de curvar se em sinal de reverência diante de Deus. Expressão máxima de louvor, exaltação e gratidão a Deus. Ato voluntário do coração daqueles que amam a Deus.

TG: Adoração

TE: Adoração de Israel

TR: Ajoelhar-se

Prostrar-se

Curvar-se

ALEGRIA/ sâmah (hebraico)

NE: No Antigo Testamento a alegria esta particularmente ligada às festas, às celebrações em torno do relacionamento com o Senhor e com a aliança de Deus (Dt.12:71;Sm.18:6;1Rs.1:39-40;Sl.20:5;42;4;81;1). Característica marcante dos que crêem em Deus (Sl.4;7;16;11;27;6;28:7).

UP: Júbilo

TR: Aliança com Deus

Cântico

Festas

Gozo Santo

Louvor

Regozijo

ALIANÇA/ berite (hebraico)

NE: Pacto ou convênio que Deus fez com o seu povo. A primeira aliança bíblica foi feita com Noé depois do dilúvio (Gn. 9:9), a segunda com Abraão (Gn. 17:1-8) reforçada com Isaac e Jacó, a terceira foi feita com todo povo de Israel no Sinai(Êx.19:5) ratificada em Moabe (Dt.29:1). O Cânon relata ainda outras alianças que Deus fez com a humanidade.

TE: Aliança Noelica (com Noé)

Aliança de Abraâmica (com Abaão)

Aliança Patriarcal (com os Patriarcas)

Aliança Mosaica (com Moisés)

Arca da Aliança

TR: Arco-íris
Compromisso
Concerto
Promessa
Providência Divina

ALTAR/ mizbeah (hebraico)

NE: O Antigo Testamento menciona duas classes de Altares. O mais comum era o lugar destinado aos sacrifícios que se ofereciam a Deus. Costumava ser de pedra, podia ser improvisado ou edificado de modo permanente. O seu tamanho variava. O altar construído por Moisés foi feito de madeira de acácia e recoberto de bronze (Êx. 27:1-8)

TE: Altar do holocausto
Altar do incenso

TR: Holocausto
Sacrifício

ANJO/ mal'āk (hebraico)

NE: São seres celestiais que rodeiam Deus (Ap.5:11) e constituem seu exército (Sl. 148:2). Aparecem muitas vezes, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, ajudando, protegendo e levando mensagens de Deus aos seres humanos. Lúcifer (emanador de luz) era o mais belo e poderoso dos anjos, mas se rebelou contra Deus e levou com ele a terça parte dos anjos (demônios) que passaram a constituir seu exército maligno.

UP: Mensageiro

TGM: Seres celestiais

TG1: Arcanjo (chefe dos Anjos)

TG2: Querubins (seres alados)

TG3: Serafins (seres de fogo)

TG4: Anjos caídos (demônios)

TE: Anjo da vitória
Anjo do SENHOR
Anjo da Igreja

TR: Benção
 Dádiva
 Demônios
 Lúcifer
 Providência Divina
 Vitória

ARCA/ 'ārôn (hebraico)

NE: Caixa, cofre, baú. Faz se referência a dois tipos de arca no Pentateuco: (1) a arca de Noé (embarcação construída por Noé, mediante a ordem de Deus, Para livrar a ele sua família e as espécies de animais da morte durante o dilúvio (Gn.6ao9;Hb.11:7;1Pe.3:20). (2) a arca da aliança ou testemunho (mobiliário do tabernáculo) em que era guardada o bordão de Aarão, um pouco do maná que caia no deserto e as Tábuas da Lei (Êx.25:10-16).

TE1: Arca de Noé
TE2: Arca da Aliança

TR: Dilúvio
 Aliança Noelica
 Mobiliário do Tabernaculo

B

BAAL/ ba'al (hebraico)

NE: (=dono, senhor, esposo). Deus cananeu da fertilidade, chamado também de “hedade”. A sua equivalência era de “poste-ídolo”. Usado em alguns casos para denotar qualquer divindade que não seja Yawe (Jeová), Deus de Israel. Ídolo pagão.

TG: Deuses estranhos

TE: Baalzebu (ou belzebu)
 Baal-Berite

TR: Bel
 Belial (ímpio)

Belu (assenhorar, escravizar espiritualmente)

Hedade

Poste-idolo

BABEL/ bã ‘ beel (hebraico)

TG: Torre de Babel

TR: Babilônia

Confusão

Divisão das línguas

Obra de Ninrode

Torre Alta

BABILÔNIA/ bã ‘ beel bîlôn (hebraico)

TGM: Império Assírio

TE: Cativoiro da Babilônia

Manjares da Babilônia

TR: Cativoiro da Israel

Ciro (Imperador da Assíria)

Daniel na cova dos leões

Ezequiel

Fornalha ardente

Idolatria

Nabucodonosor (Rei da Babilônia)

Quarto homen (da fornalha)

TR: Abede-nego (Azarias)

Daniel (Beltessazar)

Mesaque (Misael)

Sadraque (Ananias)

Belial

USE: IMPIO

BLASFÊMIA/ blaptō (hebraico)

NE: Uso profano do Divino. Difamação do nome e da honra de Deus. Culto aos ídolos. Pecado. A blasfêmia contra o Espírito Santo é o único pecado que não tem perdão.

TG: Pecado

TR: Idolatria
Paganismo
Profanação

C

CANAÃ/ ke na'na (hebraico)

NE: (1) Filho de Cam (Gn.9.8) e neto de Noé. (2) Terra que Deus prometeu a Abraão e a seus descendentes, pra onde retornou o povo de Israel após o cativeiro do Egito. Também conhecida como terra da promessa e terra que emana leite e mel (pela prosperidade e fertilidade da terra).

TG: Terra de Canaã

TE: Terra prometida
Terra da promessa
Terra que emana leite e mel
Terra de Israel
Terra dos patriarcas

TR: Abraão
Herança de Deus
Patriarcas
Pelejas de Israel
Povo eleito

CÂNTICO

TE: Cântico de Ana
 Cântico de Moisés
 Cântico de Mirian
 Cântico da Vitória
 Cânticos espirituais

TR: Celebração
 Gratidão
 Louvor

CIRCUNCISÃO/ mûl

TG: Sacrifício

TR: Consagração
 Purificação
 Santificação

CONGREGAÇÃO/ 'edãh

NE: Etimologicamente significa “e companhia reunida”, reunião, assembléia. Seu equivalente em grego é ekklesia, traduzido como igreja. diz respeito ao ajuntamento do parapeito de Deus, não necessariamente um espaço físico (templo), mas o povo em si.

TE: Congregação dos Santos

TR: Adoração
 Exaltação
 Louvor
 Templo

CÔVADO/ ' ammãh

TR: medidas do tabernáculo

D

deus

USE: DEUSES ESTRANHOS

DEUS/ ' el- 'elôah (hebraico)
Theos (grego)

NE: Encontramos nas escrituras várias referências ao nome de Deus: ELOHIM (Deus criador)-JEOVÁ (traduzido “Senhor”, este nome teve sua origem no verbo ser e inclui os três tempos: passado, presente, futuro)-JEOVÁ RAFA “o Senhor que cura” ex.17:8-15 – JEOVÁ SHALON “o Senhor nossa paz” Jz.6: 24-JEOVÁ RA ‘ÁH “o Senhor que provê” Gen.22:14 –JEOVÁ TSIDKENU “o Senhor nossa justiça” Jer. 23:6 –JEOVÁ SHAMAH “o Senhor esta ali” Ezeq.48:35 .EL (Deus)- EL-ELYON (“Deus altíssimo” Gen.14:18-20), EL SHADAY “o Deus que é suficiente para as necessidades do seu povo” Ex. 6:3. – EL OLAM, “o eterno Deus” .Gen .21 :33 . ADONAI (Senhor ou Mestre, dando a idéia de governo e domínio) Ex.23:17, Is.10:16, 33.

TE: Deus de Isarel

TR: Adonai

El

El Elyon

El Shadday

Iirá (Providencia)

Jehová

Yawé

Yeshua

Nissi (bandeira)

Rá áh (Pastor)

Rafah (Cura)
 Shalon (Paz)
 Shammah (Presente)
 Senhor (É)
 Tsidkenu (justiça)

DEUSES ESTRANHOS/ te rāphîm- bel'belu (hebraico)

UP: deus

NE: Entidades espirituais reais ou imaginarias indiferentes a Jeová, Deus de Israel. Acredita se que se tratam de demônios.

TE: Baal
 Belu
 Idolo
 Poste Ídolo

TR: Idolatria
 Bezerro de ouro
 Pecado

DILÚVIO/ mayim (hebraico)

NE: Inundação que cobriu a terra nos dias de Noé (Gn. 7).

TG: Purificação da humanidade

TR: Aliança Noelica
 Arca de Noé
 Arco-íris

E

ÉDEN/ peri-teichos (radicais persa que equivalem a palavra no original aramaico)
Paradeisos (grego)

NE: Local onde Adão e Eva viveram no principio da criação (Gn.2:8) e do qual foram expulsos (Gn.3:23) após cederem as tentações da serpente (satanás).

UP: Paraíso

TG: Jardim do Éden

TE: Jardim de maravilhas
 Jardim do leite

TR: Adão (pai da humanidade)
 Eva (mãe da humanidade)
 Criação do Mundo
 Fruto
 Primícias da criação
 Pecado
 Satanás
 Serpente

Estola

USE: ÉFODE

ÉFODE/ 'ephôd (hebraico)

NE: Espécie de corselete ou corpete preso por um cinto e ombreiras. Era feito de linho nas cores ouro, azul, púrpura e escarlata. Duas pedras sardônicas eram postas sobre as ombreiras do éfode. Cada pedra trazia gravados os seis nomes das (12) tribos de Israel. Na frente colocava se uma bolsa quadrada chamada peitoral com 12 pedras de diferentes cores, cada uma trazia o nome de uma tribo. Era a parte mais mística das vestes Sacerdotais. Assim o Sumo Sacerdote representava a todo Israel no ministério da mediação.

UP: Estola

TG: Vestes Sacerdotais

TE: Éfode Sacerdotal

TR: Cinto

Manto
 Mitra
 Peitoral
 Sumo sacerdote
 Tribos
 Túnica
 Vestes

F

FESTA/ hag (hebraico)

TE: Festa dos Pães Asmos

Festa da Páscoa
 Festa das primícias
 Festa das Semanas
 Festa de Pentecostes
 Festa dos Tabernáculos
 Festa do Sábado
 Festa das Trombetas
 Festa da expiação
 Festa do Purim
 Festa da passagem de ano

TR: Gratidão

Júbilo

FRUTO/ pe rî (hebraico)

TG: Alimento (físico e espiritual)

TR: Árvore

Conhecimento do bem e do mal
 Éden
 Pecado
 Prosperidade
 Serpente

G

GLÓRIA/ tip'eret (hebraico clássico)
Shekiná (grego)

UP: Manifestações de Deus

TE: Glória de Deus

TR: Louvor
 Exaltação

GRAÇA/ hannã (hebraico)

NE: Favor imerecido. Algo de que não se merece, mas Deus o concede por sua misericórdia. Bondade excepcional de Deus para com os seres humanos (pecadores), para tornar possível o seu perdão e salvação (Jo. 1:14). Motivo pelo qual Israel recebeu livramento inúmeras vezes no Pentateuco. Atualmente seu significado mais forte está ligado ao tempo em que vivemos hoje (tempo da graça), que teve seu início com o nascimento de Jesus, quando Deus, pelo sangue de Jesus, remiu todos os pecados daqueles que crêem em seu sacrifício vicário.

TE: Graça de Deus
 Graça do Senhor
 Tempo da graça

H

HERANÇA/ nãhal (hebraico)

NE: Bens que passam de um possuidor ao outropor sucessão. Na história de Israel Canaã era a herança de Deus para o seu povo (Êx. 15:17). Para atribuir uma porção daquela terra a cada tribo, ela foi dividida (Js. 18:2-10). A lei de Moises assume que a terra pertence à família; o filho mais velho recebe porção dobrada, e os outros irmãos, o restante com partes iguais (Nm. 27:8-11). Deus é possuidor de Israel (Êx. 34:9)

HOLOCAUSTO/ 'ôlāh (holocausto)

NE: Nome que se dá à forma de sacrifício em que um animal é completamente consumido pelo fogo (Lv.1). No Tabernáculo eram oferecidos holocaustos diariamente para a remissão dos pecados.

TG: Sacrifício

TR: Altar do holocausto

Átrio

Imolação

Remissão dos pecados

Sacerdote

Tabernáculo

I**IDOLO/ te rāphîm (hebraico- hitita)**

NE: Imagens de barro, ferro, bronze, prata ou ouro feitas pelas mãos humanas para representar a presença empírica de algum personagem considerado santo, ou alguma entidade espiritual (boa ou má), dotava a falta de conhecimento e intimidade do homem com Deus. Cultos místicos, imediatismo religioso. A adoração a ídolos é condenada (Sl.115:4-7;Is.2:8;40:18-20;44:6-20).

TGM: Idolatria

TG: Imagem

TE: Imagem de escultura

Poste ídolo

IMAGEM DE ESCULTURA

NE: Todo símbolo, imagem ou edificação erigida com o intuito de adoração a ídolos e Deuses estranhos.

TGM: Idolatria

TG: Imagem

TR: Ídolo

Poste- ídolo

Imediatismo religioso

ÍMPIO / rāshā**UP:** Belial**TG:** Maligno**TR:** Iníquo

Injusto

Culpado

Inimigo De Deus

ISRAEL/ Ysrael (hebraico)**UP:** Povo eleito

Povo de Deus

Terra Santa

TG: Palestina**TR:** Patriarcas

Profetas

Tabernáculo

Tendas

Tribos

J**JEJUM/ 'ākal (hebraico)**

NE: Abstinência não só de comida mas de costumes e praticas cotidianas no intuito de se consagrar a Deus. Abstinência de alimentos era requisito da lei mosaica unicamente no dia a da expiação.(Lv .16:29-31;23:27-32) . A oração e a vigilância completam o jejum.

TG: Sacrificio**TR:** Abstinência

comida

Consagração

manferes

Purificação

Júbilo

USE: ALEGRIA

L

LEI/tôrâh

NE: Primeiros cinco livros da Bíblia (Pentateuco), que tratam da legislação mosaica. O primeiro código civil da humanidade. Livro sagrado do judaísmo.

UP: Torah

TE: Lei mosaica
Tabuas da lei

LUGAR ALTO/bãmãh

NE: Metáfora que alude os feitos de Deus em prol do seu povo (Dt.32.13). Montes que os judeus costumavam subir quando queriam orar a Deus. Céus, alturas celestiais.

TE: Alto refugio
Alto de oração
Alto de consagração

TR: Montes
Sacrifício
Clamor

M

MANÁ/ ma'nn

NE: Alimento de cor branca com gosto de pão –de –mel e aparência de floco de neve que caía do céu par alimentar Israel durante a sua peregrinação pelo deserto entre o Egito e Canaã. (Ex 16:1-36)

TG: Alimento

TE: Maná celestial
Maná do deserto

TR: Providência
Êxodo

MANDAMENTO/mitswãh

NE: Ordens de Deus para o seu povo. Estatuto (hõq), lei (tôrah) de Deus.

TE: Tabua dos 10mandamentos
Mandamento do Senhor

TR: Castigo
Decreto
Ordem
Pecado

Manifestações de Deus

USE: GLÓRIA

Mensageiro

USE: ANJO

P

Paraíso

USE: **ÉDEN**

PÁSCOA

NE: Ato de libertação quando o anjo do Senhor passou longe das casas dos israelitas no Egito e, assim, salvou da morte os primogênitos (Êx.12:1-13;21-30). Festa dos Pães Asmos, na qual se celebra esta libertação (Êx.12:14-20).

TGM: Festas de Israel

TE: Festa da Páscoa

Festa do livramento

Festa dos pães Asmos

TR: Livramento do Egito

Livramento de Faraó

Morte dos Primogênitos

PECADO/ āwen

NE: Desvio Moral do ser humano que o leva a uma conduta ofensiva aos olhos de Deus. Sua origem está desobediência de Adão e Eva (Gn 3).Eram oferecidos sacrificios (holocaustos) para a expiação dos pecados (Lv.4.3; Nm 7.16).

PELEJA

Povo eleito

USE: **ISRAEL**

Povo de Deus

USE: **ISRAEL**

S

Sacrificio

USE: HOLOCAUSTO

SANTO/qâdôsh

NE: Etimologicamente significa Separado. A escritura chama de santo todo aquele que confia em Deus e foi separado para servi-lo e adora-lo, seja de acordo com a lei mosaica (Dn. 7-18-17) ou nome de Jesua (Rm. 1-7; 8:27).
Objetos ou lugares consagrados a Deus.

TE: Povo Santo

Terra Santa

Santo dos Santos

Santo lugar

TR: Purificação

Santificação (torna-se Santo)

SANTO DOS SANTOS/ debir qodesh

TGM: TABERNÁCULO

TR: Arca de aliança

Arca do testamento

Expições

Sumo Sacerdote

SANTO LUGAR/hechal qodesh

TGM: TABERNÁCULO

TR: Altar do incenso

Candelabro

Mesa dos pães (proposição)

Véu

SENHOR/ ou âdônây (escrito com letras maiúsculas)

NE: Mestre, dono . É usado na bíblia toda vez que se menciona o nome do Deus de Israel. Os judeus se achavam indignos de pronunciar os nomes de Jawé então convencionou se chamar de Senhor como sinal de respeito e reverência.

TGM: Jawé el (Deus Jeová)

TR: Jeová Jirê
 Jeová Shallon
 Jeová Shammah
 Jeová Rafá

senhor / 'adôn (escrito com letras minúsculas)

NE: Dono, patrão, possuidor . Na bíblia a palavra senhor com letra minúscula é usada como sinônimo de dono ou patrão, geralmente pessoa rica, de posse, diferente de SENHOR com letra maiúscula que alude ao Deus altíssimo.

SHEOL/Sh^e 'ô /

NE: Morte física, morte espiritual, tormenta. Também usada em alguns casos como sinonismo de "Hades" (inferno, lugar de tormento.). Lugar de existência consciente depois da morte.

TR: Abismo
 Fogo
 Incredulidade
 Juízo
 Trevas
 Tormento sofrimento

SINAI**TGM:** Região do Sinai**TE:** Deserto do Sinai
Monte Sinai**TR:** Lei Mosaica
Montanha Santa
Monte Horebe
Tábuas da Lei
Tábuas de Moisés
Tábuas do Sinai**SORTE****NE:** Jogo de azar, adivinhação, jogo místico em que se buscava resposta para questões complicadas.**TE:** Lançar sortes**TR:** Adivinhação

Jogo

Misticismo

Pecado

SUMO SACERDOTE/ kōhen haggadōl**TG:** Sacerdote(Kōhen)**TR:** Tabernáculo

Expição

Perdão

Veste sacerdotais

T

TABERNÁCULO/ mishkân

NE: Grande tenda que serviu aos israelitas como santuário no deserto, lugar de se encontrar com Deus e oferecer sacrifício pra remissão dos pecados .a sua forma e seus utensílios são descritos detalhadamente no livro de Êxodo, capítulo 26. o tabernáculo foi substituído pelo templo de Salomão.

TE: Tabernáculo do Testamento

Tenda do Senhor

Átrio

TR: Santo dos Santos

Santo lugar

Sacerdotes

Sumo sacerdote

Terra Santa

USE: **ISRAEL**

U

UNGUENTO

NE: Óleo (azeite) da unção.

TR: Consagração

Unção

UNGIR

NE: Aplicação de azeite no corpo ou em objetos como um sinal de consagração a Deus. O Tabernáculo e seus móveis (Êx.40:9), os profetas (1Rs.19:16), sacerdotes (Êx.28:41) e Reis (1Sm.16:1,12-13) foram ungidos. Jesus é conhecido desde o Antigo Testamento como “ungido do Senhor”.

TR: Consagrar

Santificar

UMBRAIS

NE: Encaixes das portas das casas do povo de Israel no Egito. Foi ungido com o sangue de um cordeiro para que o anjo da morte que feriu os primogênitos do Egito reconhecesse que ali era a moradia de um israelita. A festa que comemora este acontecimento é a Páscoa ou festa dos Pães Asmos.

TE: Umbrais das portas

TR: Livramento
Pães Asmos
Páscoa

V

VALENTE/ gíbbôr (hebraico)

NE: Na Bíblia a palavra valente equivale a herói, bravo, homem forte. Aplicava-se tanto as pessoas boas (patriarcas, profetas e homens de Deus), como as más (demônios e inimigos de Israel).

TG: Peleja
TE: Peleja de valentes
Pelejas espirituais

TR: Contendas
Conflitos

VASO/ ke lî (hebraico)

NE: Recipiente ou vasilha, refere-se também o lugar onde se guardava o azeite. Pessoa que se consagra a Deus.

TE: Vaso de benção
Vaso de honra
Vaso de alabastros

VESTE/ beged (hebraico)

TE: Vestes Sacerdotais
Vestes Santas

TR: Capa
Cinto
Éfode
Manto
Mitra
Túnica

1.2 Índice Alfabético dos Termos Bíblicos

A

ABENÇOAR, 85
ACONSELHAR, 85
ADORAR, 86
ALEGRIA, 86
ALIANÇA, 86
ALTAR, 87
ANJO, 87
ARCA, 88

B

BAAL, 88
BABEL, 89
BABILÔNIA, 89
BLASFÊMIA, 89

C

CANAÃ, 90
CÂNTICO, 90
CIRCUNCISÃO, 91
CONGREGAÇÃO, 91
CÔVADO, 91

D

DEUS, 92
DEUSES ESTRANHOS, 92
DILÚVIO, 93

E

ÉDEN, 93
ÉFODE, 94

F

FESTA, 94
FRUTO, 95

G

GLÓRIA, 95
GRAÇA, 95

H

HERANÇA, 96
HOLOCAUSTO, 96

I

ÍDOLO, 96

IMAGEM DE ESCULTURA, 97
ÍMPPIO, 97
ISRAEL, 97

J

JEJUM, 98

L

LEI, 98
LUGAR ALTO, 99

M

MANÁ, 99
MANDAMENTO, 99

P

PÁSCOA, 100
PECADO, 100
PELEJA, 101

S

SANTO, 101
SANTO DOS SANTOS, 101
SANTO LUGAR, 102
SENHOR, 102
senhor, 102
SHEOL, 102
SINAI, 103
SORTE, 103
SUMO SACERDOTE, 103

T

TABERNÁCULO, 104

U

UGUENTO, 104
UNGIR, 104
UMBRAIS, 105

V

VALENTE, 105
VASO, 105
VESTE, 106

VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

O temor do Senhor é o princípio da sabedoria. (Provérbios 1:7)

A realização deste trabalho foi de suma importância para mim, pois significa parte importante da realização de um sonho: o de elaborar um trabalho que fosse capaz de unir, com um sentido prático, o campo da ciência da Informação, sobretudo no que concerne a Indexação e Recuperação da Informação, e a Teologia, duas áreas que despertam em mim grande paixão e interesse. Aprofundar os estudos sobre terminologia e ciências bíblicas implicou em muitas descobertas importantes. Neste caminho encontrei também a Linguística e a Semiótica que agora considero indissociáveis ao propósito deste trabalho.

A terminologia bíblica analisada sobre o prisma da Socioterminologia visando fins documentários ainda é um trabalho experimental, porém, ao meu ver promissor, pois está voltada para um campo do saber, cujas concepções a seu respeito leva a crer que não desperta interesse em muitas pessoas, mas os poucos que se ocupam dele demandam muito zelo e interesse em seu desenvolvimento. Tem sido crescente o número de Faculdades, Seminários e, conseqüentemente, Bibliotecas, bancos de Dados, Arquivos e Centros de Informação Teológica, é notório o aumento da demanda por documentos que correspondam ao interesse direto desta área.

Os avanços tecnológicos empreendidos pela sociedade da Informação que impulsiona o mundo moderno (ou pós-moderno como defendem alguns teóricos) também influenciam no ritmo da produção de conhecimento teológico e na necessidade da compreensão dos enunciados bíblicos em analogia aos acontecimentos da modernidade como prenúncio do pleno cumprimento das profecias contidas neste livro. Tem havido um aumento considerável do número de editoras, livrarias, centros culturais, museus, manifestações teatrais e demais disseminadores da cultura evangélica como é o caso dos recursos multimídia, tais como *sites*, programas de rádio e televisão, e os periódicos de circulação nacional e internacional por meio impresso e eletrônico. Todos estes documentos, tanto os mais antigos quanto os recentes, constituem uma vasta gama de fontes documentárias, que precisam ser analisadas, representadas, indexadas e inseridas em um SRI para que haja uma disseminação e recuperação satisfatória por parte dos usuários, o que não vem acontecendo na prática.

Constatamos, portanto, que o campo da Teologia necessita urgentemente de uma atenção mais aprofunda para seus documentos por parte de profissionais da informação. Neste sentido é que ressalto a importância do estudo da terminologia bíblica para fins documentários e a produção de um macrotesauro de termos bíblicos para Indexação e Recuperação da Informação, com a finalidade de oferecer soluções que venham ao encontro desta necessidade.

VII BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Ouçá o sábio e cresça em prudência. (Provérbios 1:5)

ABNT. **Métodos para análise de documentos: seleção de termos de indexação** – NBR 12676. Rio de Janeiro, 1992.

AMENA, Charles Robes. **Semiótica da cultura**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/~cos_puc/cultura>. Acesso em: 25 de novembro de 2004.

APEL, Manoel. **A linguagem como Mediação**. Disponível em: <<http://www.instituto-camões.pt/eve/h/p/biblioteca/lingua.pdf>> Acesso em: 01 de Março de 2005.

ARAÚJO, Gilda Maria Lins de; LUNA, Maria José de Matos. **A contribuição da Lingüística Textual no processo de Indexação**. Recife: UFPE, 2002.

AUSTIN, Derek. **Diretrizes para o estabelecimento de Tesouros monolíngues**. Brasília: IBICT/SENAI, 1993.

AUSTIN, Derek.; DALE, Peter. **Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues**. Brasília: IBICT, 1993. 86 p.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1964.

BENTES PINTO, Virginia. et. al. **A representação do conhecimento através da análise de citação: o caso da UFC**. Fortaleza: UFC, 2002.

BENTES PINTO, Virgínia. **Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado**. Pers. Ciên. Inf, v.6, n.2, p. 123234, jul./dez., 2001.

BENTO, Esdras Costa. **Hermenêutica fácil e descomplicada: como interpretar a Bíblia de maneira prática e eficaz**. Rio de Janeiro; CPAD, 2003.

BÍBLIA DE ESTUDO ALMEIDA. Barueri, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. 153 p.

BOTTERO, Jean. **Nascimento de Deus: a Bíblia e o historiador**. São Paulo: Paz e Terra. 1993.

BOWNE, A. G. Etm: **Terminologia comum= conhecimento comum**. Rio de Janeiro: Bowne Global, 2002.

CABRÉ, Maria Teresa. **La Terminologia Hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones**. Ci. Inf. Brasília, v.24, n.3, p.289-298, set./ dez. 1995.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem Documentária: Teorias que fundamentam sua elaboração**. Rio de Janeiro: Ed UFF, 2001.

CASTIÑEIRA, Àngel, **A Experiência de Deus na pós-modernidade**. São Paulo. Vozes, 1997.(200.1 c349e R105 3744).

CARVALHO, C. C. de. **Saussure e a língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://www.eusolingua.com.pt>> Acesso em 12 de janeiro de 2005.

CARVALHO, Castelar de. **Para compreender Saussure**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CAVALCANTI, C.R. **Indexação & tesauro metodologia e técnica**. Brasília: IBICT, 1978.

CESARINO, Maria Augusta de Nóbrega. **Sistemas de recuperação da informação**. R. Esc. Biblioteconomia. V.14, n.2, p. 157-168, set. 1985.

-----, **cabeçalho de assunto como linguagem de indexação**. UFMG. v.7, n.2, p. 268-288, set. 1987.

CHAMIER, Jacques. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

CINTRA. A.M.M. **Elementos de lingüística para estudos de indexação**. Brasília: IBICT, 1983.

CINTRA, Ana Maria M. et al. **Para entender as Linguagens Documentárias**. São Paulo: Pólio/ APB, 1994.

COELHO NETTO. **Semiótica, informação e comunicação: diagrama da teoria do signo**. São Paulo: Retrospectiva, 2001.

CORREIA, Margarita. **O léxico na economia da língua**. Ci. Inf. Brasília, v.24, n.3, p.299-307, set./dez.1995.

CULLER, Jonathan. **As Idéias de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 1979.

CURRAS, E. **Tesauros**. Brasília. IBICT,1990.

CURRÁS, Emília. **Tesauro: Linguagens terminológicas**. Brasília: IBICT, 1995.

CURSO sobre lenguajes de indizacion: construccion de tesauros. Buenos Aires: Unesco, 1978. 214p.

DAHLBERG, I. (1978). *A Referent-oriented analytical concept theory of interconcept*. Ciência e Informação, Brasília. 12 (1): 5-22.

DIAS, Claudia Augusto. **Terminologia: conceitos e aplicações**. Ci. Inf. Brasília, v.29, n.1, p. 90-92, jan./ abr. 2000.

DONNER, Herbert. **História de Israel e dos povos vizinhos**. vs. 1 e 2. São Paulo: Vozes, 1997. (220.9 D 739h ½ R 1210629).

EPSTEIN, Isaac. **Teoria da informação**. São Paulo: Ática, 1988.

FELBER, M. **Manual de terminologia**. Paris, UNESCO, 1987. p.1.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo : Martins Fontes, 1999. 541 p.

FULSTICH, Enilde. **Socioterminologia**: mais que um método de pesquisa uma disciplina. Ci. Inf., Brasília, v.24, n.3, p. 281-288, set./ dez. 1995.

GOMES, Hagar Espanha. **Classificação, Tesouros e Terminologia**: fundamentos comuns. Brasília. IBICT, 1990.

GOMES, Hagar Espanha. **Classificação, Tesouros e Terminologia**: fundamentos comuns. Disponível em: <http://conexaorio.com/bit/tertulia/tertulia.htm> Acesso em: 11 jan. 2002.

GOMES, Hagar Espanha. Prefácio. In: CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem Documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001.

GUINCHAT, Clarie; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília, IBICT, 1994.

GUSMÃO, H.R. **Tesouros**: análise e utilização. Niterói: CUFF, 1985. 123. 247p.

HABIRO, Elaine; ALVES, Leda Maria. **O termo e o conceito**. Disponível em : < <http://brasilterm.com.br/termoeoconceito> > Acesso em: 16 de Março de 2005.

HABERSHON, Ada. **Manual de tipologia Bíblica**. São Paulo: Vida, 2003. 247p.
International Classification. v.5, n.3, p.142-150, 1978.

HOOF, Paul. **O Pentateuco**. São Paulo: Vida, 2002. 252p.
6028. Rio de Janeiro.

ISQUIERDO, Aparecida Negri; OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. **As ciências do léxico**: Lexicologia, Lexicografia e terminologia. 2 ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

KNOWLEDGE, Jewish. **The Bible and civilization**. Jerusalem: house Jerusalem edition, 1970.(220 s637b R1179470).

KOCH, Ingedore. G.V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore Villça. **O texto e a Construção dos Sentidos**. 5ed. São Paulo: Contexto, 2001. 124p.

KOCOUREK, R. *La langue française de la technique et de la science*. Paris: Wiesbaden, 1991.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumo: teoria e prática*. Brasília: Briquet Lemos, 1997. 347p.

LOPES, Augustus Nicodemos. *Lutero ainda fala: um ensaio em história de interpretação bíblica*. Disponível em: <<http://www.jesusvoltara.com.br/estudosbiblicos/hermeneutica> > Acesso em: 21 de novembro de 2004.

MANUAL de Elaboração de Tesouros Monolíngues. Ed. Preliminar. Brasília: Programa Nacional de Bibliotecas universitárias, 1989.

MELO, Joel Leitão de. *Sombras, tipos e mistérios da Bíblia: descobrindo o verdadeiro significado das profecias*. Rio de Janeiro: CPAD, 1989.

MENES, A. *Introdução à ciência Bíblica*. Rio de Janeiro: Biblos, 1986.

MESLIN, Michel. *A experiência humana do divino: Fundamentos de uma antropologia religiosa*. SP. Vozes, 1992.

MIRANDA, Wendell. *Evangelismo pessoal eficiente uma proposta inovadora*. São Paulo: Gráfica Gurgel Sul, 2002. 110p.

MOLES, Abraham Antoine. *Sociodinâmica da cultura*. São Paulo : Perspectiva, 1974. 336 p.

NIEMEYER, Max. Lexicografia. Disponível em: < <http://www.instituto-camões.Pt/eve/h/p/biblioteca/lexicon3.pdf> > Acesso em: 16 de Março de 2005.

OLIVEIRA, Maria Odaísa Espinheiro de. *A terminologia cultural na mediação da informação e da comunicação: estudo em narrativas populares amazônicas*. Disponível em: < <http://www.socinfo.com/ci/terminologia> > . Acesso em: 14 de novembro de 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é lingüística?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

OTMAN, G. *La Banque des Mots*. Paris: CILF, 1994. p.14.

ROUW, Jan; KIENE, Paul F. *A casa de ouro*. 2ed. São Paulo: DLC, 1998. 52p.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad de A. Chelini , José P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix; USP, 1969.

----- *Entre la Linguistique, la Logique, l'Ontologie, l'Informatique et les Sciences des Choses*. In: RONDEAU, G. & FELBER, F. org. *Textes Choisis de Terminologie. I. Fondements théoriques de la terminologie*. Québec: GIRSTERM, 1981. p. 57-114.

SBB. **História das traduções bíblicas.** Disponível em: <<http://www.sbb.com.br/historiadabiblia>> Acesso em: 12 de Fevereiro de 2005.

SBB. **História da Bíblia.** Disponível em: <<http://www.sbb.com.br/historiadabiblia>> Acesso em: 02 de Janeiro de 2005.

SILVA, Moisés. **Abordagem contemporânea na interpretação bíblica.** Disponível em: <<http://www.jesusvoltara.com.br/estudosbiblicos/hermenêutica>> Acesso em: 18 de Abril de 2005.

SMIT, Johanna. **O que é documentação?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

SMIT, Johanna W. et. al. **Análise documentária: a análise da síntese.** Brasília: IBICT, 1987.

SOARES, Ezequias; GILBERTO, Antonio. (Org). **Visão panorâmica do Antigo Testamento.** In: _____ **Lições Bíblicas.** Rio de Janeiro: CPAD, 2003. 96p.

TÁLAMO, M.F.G.M.; LARA, M.L.G.; KOBASHI, N.Y. **Contribuição da Terminologia para a elaboração de Tesouros.** Ciência da Informação, v.21, n.3, p.197-199, 1992.

TÁLAMO, Maria de Fátima G.M. et. al. **O tesouro: usos, funções e princípios de organização.** Ci. Inf. Brasília, 21(3):197-200, set/dez. 1992.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. et. al. **Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros.** Ci. Inf., Brasília, v.21, n.3, p.197-200, set/dez. 1992.

UNISIST. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG,** Belo Horizonte, v.10, n.1, p. 83-94, mar. 1981.

UNISIST. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG,** Belo Horizonte, v.10, n.1, p. 83-94, mar. 1981.

VIRKLER, Henry A. **Hermenêutica avançada: princípios e processos de interpretação Bíblica.** São Paulo: Vida, 2001.

VINE, W.E. et. al. **Dicionário Vine: o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento.**

WUESTER, E. **L'Étude scientifique générale de la Terminologie, zone Frontalière.** Paris: Lestermis, 1981.